



Número: **0000965-10.2020.8.17.3370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada**

Última distribuição : **24/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67911209	14/09/2020 16:13	ANEXO 1	Outros (Documento)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
2550907 SSP PE

CPF
319.499.164-72

DATA NASCIMENTO
13/10/1959

FILIAÇÃO
**SEBASTIAO CICERO DOS A
NJOs
JULIA LEONIDA DOS SANT
OS**

PERMISSÃO
AC

ACC
AC

CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
03294950093

VALIDADE
15/08/2024

1ª HABILITAÇÃO
15/06/1991

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR
Aderson Sebastião dos Anjos

LOCAL
SERRA TALHADA, PE

DATA EMISSÃO
16/08/2019

ASSINATURA DO EMISSOR
Roberto Fontella
Roberto Carlos Menezes Fontella
Diretor Presidente

10004964822
PE054019894

PERNAMBUCO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1827662880

PROIBIDO PLASTIFICAR
1827662880



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190700129 **Cidade:** Santa Cruz da Baixa Verde **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS **Data do acidente:** 21/11/2018 **Seguradora:** SUHAI SEGURADORA S.A.

PARECER

Diagnóstico: TRAUMATISMO FACIAL COM FRATURAS DAS PAREDES DO SEIO MAXILAR ESQUERDO. FERIMENTO CORTO-CONTUSO EM FACE.

Descrição do exame físico: AO EXAME APRESENTA ALTERAÇÃO DA OCLUSÃO COM REFERÊNCIA DE DOR A MASTIGAÇÃO E REDUÇÃO DA ABERTURA DA BOCA COM DÉFICIT MASTIGATÓRIO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR, EVOLUINDO SEM COMPLICAÇÕES.

Sequelas permanentes: Dano cranio facial

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 27/12/2019

Conduta mantida:

Observações: NOTA DO REVISOR: AO EXAME, VÍTIMA RELATA TRAUMATISMO EM OMBRO ESQUERDO COM LIMITAÇÃO DISCRETA DA MOBILIDADE DO OMBRO ESQUERDO, PORÉM NÃO HÁ MENÇÃO NOS DOCUMENTOS MÉDICOS DE LESÃO E/OU TRAUMATISMO EM OMBRO, SENDO ASSIM, NÃO HÁ COMO CORRELACIONAR ESTA SEQUELA COM O ACIDENTE ANALISADO OCORRIDO EM NOVEMBRO DE 2018.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100 %	Em grau residual - 10 %	10%	R\$ 1.350,00
		Total	10 %	R\$ 1.350,00



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190700129 **Cidade:** Santa Cruz da Baixa Verde **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS **Data do acidente:** 21/11/2018 **Seguradora:** SUHAI SEGURADORA S.A.

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 20/12/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA DE FACE COM FRATURA DE SEIO MAXILAR ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR. P 2.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: & @ PAGINA 3.
SOLICITADA PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VERIFICAÇÃO DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Lesões de órgãos e estruturas cranio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100 %	Complemento por reanálise - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00



PROCURAÇÃO PARTICULAR

Outorgante: ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS, brasileiro(a), estado civil CASADO, Profissão P. MILITAR residente e domiciliada na rua LUIZ

OLAVO DE ANDRADE, N° 01563 Bairro IPSEP, município de SERRA TALHADA, Estado de (o) PE, cep: 56912-170, portador(a) do RG n° 25.50907, SSP - PE e CPF n° 319.499.764-72

Outorgado: **JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO**, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, residente e domiciliada na Rua Agostinho Nunes de Magalhães N°.58, Nossa Senhora da Penha, Serra talhada -PE, cep:56903-510, portador(a) do RG n°.8.232.379 SDS-PE e CPF n°.089.205.184-16.

Por este instrumento particular de procuração, o (a) outorgante nomeia e constitui o(a) outorgado(a) seu bastante procurador(a), para o fim especial de requerer junto à qualquer seguradora integrante do consorcio seguro DPVAT, o pagamento do sinistro, que vitimou em acidente de transito o(a) Sr.(a) ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS ocorrido em 21 / 11 / 2018, conforme registrado pelo BO anexo ao processo.

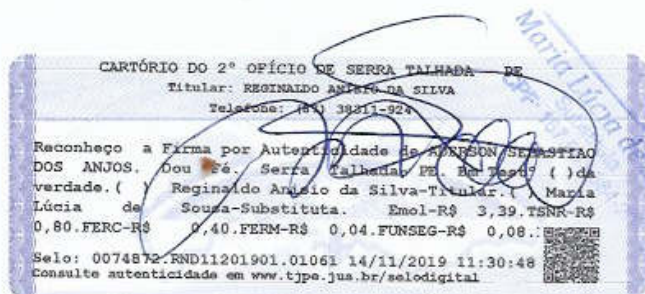
Podendo dito (a) procurador (a), representar o (a) outorgante como se o (a) próprio (a) fosse, podendo requerer o credito de indenização de sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da indenização de sinistro DPVAT, nomeio e constituo o acima qualificado a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS que constitui o COSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

Serra talhada- PE , 14 , de NOVEMBRO 2019

x Aderson Sebastião dos Anjos

OUTORGANTE

CPF n°. 319.499.764-72



PROCURAÇÃO PARTICULAR

Outorgante: ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS, brasileiro(a), estado civil CASADO, Profissão P. MILITAR residente e domiciliada na rua LUIZ

OLAVO DE ANDRADE, N° 01563 Bairro IPSEP, município de SERRA TALHADA, Estado de (o) PE, cep: 56912-170 portador(a) do RG n° 25.50907, SSP - PE e CPF n° 319.499.764-72

Outorgado: **JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO**, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, residente e domiciliada na Rua Agostinho Nunes de Magalhães N°.58, Nossa Senhora da Penha, Serra talhada -PE, cep:56903-510, portador(a) do RG n°.8.232.379 SDS-PE e CPF n°.089.205.184-16.

Por este instrumento particular de procuração, o (a) outorgante nomeia e constitui o(a) outorgado(a) seu bastante procurador(a), para o fim especial de requerer junto à qualquer seguradora integrante do consorcio seguro DPVAT, o pagamento do sinistro, que vitimou em acidente de transito o(a) Sr.(a) ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS ocorrido em 21 / 11 / 2018, conforme registrado pelo BO anexo ao processo.

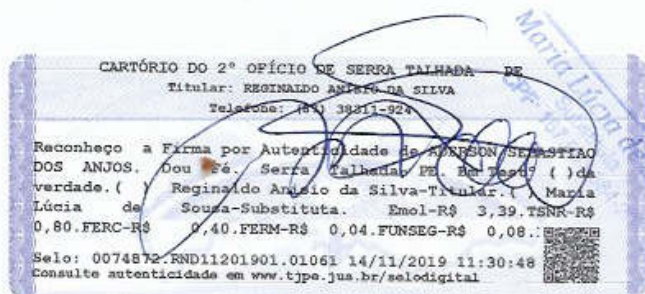
Podendo dito (a) procurador (a), representar o (a) outorgante como se o (a) próprio (a) fosse, podendo requerer o credito de indenização de sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da indenização de sinistro DPVAT, nomeio e constituo o acima qualificado a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS que constitui o COSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

Serra talhada- PE , 14 , de NOVEMBRO 2019

x Aderson Sebastião dos Anjos

OUTORGANTE

CPF n°. 319.499.764-72



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0451756/19
Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
CPF: 319.499.164-72
CPF de: Próprio
Data do acidente: 21/11/2018
Titular do CPF: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
Seguradora: SUHAI SEGURADORA S.A.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO : 089.205.184-16

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS : 319.499.164-72

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 13/12/2019
Nome: JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO
CPF: 089.205.184-16

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 13/12/2019
Nome: JOSEANA MIRANDA LEITE RODRIGUES
CPF: 008.614.524-02

JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO

JOSEANA MIRANDA LEITE RODRIGUES



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0404758/19

Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

CPF: 319.499.164-72

Seguradora: SUHAI SEGURADORA S.A.

Data do acidente: 21/11/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO : 089.205.184-16

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS : 319.499.164-72

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 19/11/2019
Nome: JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO
CPF: 089.205.184-16

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/11/2019
Nome: JOSEANA MIRANDA LEITE RODRIGUES
CPF: 008.614.524-02

JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO

JOSEANA MIRANDA LEITE RODRIGUES



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo.

Número do Sinistro: **3190700129**

Nome do(a) Examinado(a): **ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS**

Endereço do(a) Examinado(a):

Rua Luiz Olavo de Andrade, 1567 - Serra Talhada - PE - CEP 56912-170

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**ssp /PE**] **2550907**

Data e local do acidente: [**21/11/2018**] **SANTA CRUZ**

Data e local do exame: [**27/12/2019**] **Serra Talhada** [**PE**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.

TRAUMATISMO FACIAL COM FRATURAS DAS PAREDES DO SEIO MAXILAR ESQUERDO. FERIMENTO CORTO-CONTUSO EM FACE.

II. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.

AO EXAME APRESENTA ALTERAÇÃO DA OCLUSÃO COM REFERÊNCIA DE DOR A MASTIGAÇÃO E REDUÇÃO DA ABERTURA DA BOCA COM DÉFICIT MASTIGATÓRIO.

III. Nexa de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

[**X**] Sim [] Não

IV. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

TRATAMENTO CONSERVADOR, EVOLUINDO SEM COMPLICAÇÕES.

V. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)?

[**X**] Sim [] Não

VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

Dano cranio facial

Caso a resposta do item V seja “Não”, concluir utilizando apenas as opções no item VII “a”. Caso a resposta seja “Sim”, valorar o dano permanente no item VII “b”.

VII. Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.



a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"
Esta avaliação médica deve ser
repetida em ____ dias

() "Sem sequela permanente" (Não
existem lesões diretamente decorrentes de
acidente de trânsito que não sejam
suscetíveis de amenização proporcionada
por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam
relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Estruturas cranio faciais

% do dano: (☒) 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100%
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100%
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100%
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100%
completo

VIII. * Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou
a valoração do dano corporal.

**NOTA DO REVISOR: AO EXAME, VÍTIMA RELATA TRAUMATISMO EM OMBRO ESQUERDO COM LIMITAÇÃO
DISCRETA DA MOBILIDADE DO OMBRO ESQUERDO, PORÉM NÃO HÁ MENÇÃO NOS DOCUMENTOS MÉDICOS DE
LESÃO E/OU TRAUMATISMO EM OMBRO, SENDO ASSIM, NÃO HÁ COMO CORRELACIONAR ESTA SEQUELA COM O
ACIDENTE ANALISADO OCORRIDO EM NOVEMBRO DE 2018.**



Ebenone Antonio da Silva - CRM: 15122 - PE





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190700129

Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Data do Acidente: 21/11/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

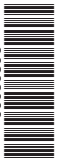
Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15248211

Pag. 01611/01612 - carta_01 - INVALIDEZ

00030806





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190700129

Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Data do Acidente: 21/11/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica.

O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01831/01832 - carta_02 - INVALIDEZ

00070916



Carta nº 15282968





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190700129

Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Data do Acidente: 21/11/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOAQUIM MARQUES DE LIMA NETO

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.350,00

Dano Pessoal: Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital 100%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 = R\$ 1.350,00

Recebedor: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Valor: R\$ 1.350,00

Banco: 237

Agência: 000000586-0

Conta: 00000100009-8

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 319493164-72 4 - Nome completo da vítima: ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS 6 - CPF: 319493164-72
7 - Profissão: POLICIAL MILITAR 8 - Endereço: RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE 9 - Número: 01567 10 - Complemento: CASA
11 - Bairro: 12 - Cidade: SERRA TALHADA 13 - Estado: PE 14 - CEP: 56912-170
15 - E-mail: JOAQUIMNETO769@GMAIL.COM 16 - Tel.(DDD): 07198867128

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAI, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)
☒ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
AGÊNCIA: 0586 0 CONTA: 100009 8
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou irmão(s)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não requerido

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: SERRA TALHADA - PE, 14/09/2020

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 177ª CIRCUNSCRIÇÃO - SERRA TALHADA - DP177ªCIRC
DINTER2/21ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **18E0267004664**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **07/12/2018** às **10:53**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **21/11/2018** às **05:20**

Fato ocorrido no endereço: **PE 365, LOCALIDADE CARRAPATO - SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PERNAMBUCO/BRASIL** Próximo a: **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE, 1 - Bairro: CENTRO - SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

NAO SE APLICA (AUTOR \ AGENTE)
ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): **ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: JULIA LEONIDA DOS SANTOS Pai: SEBASTIAO CICERO DOS ANJOS Data de Nascimento: 13/10/1959 Naturalidade: TRIUNFO / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 2550907/SSP/PE (RG), 31949916472 (CPF), 03294950093 (CNH) Estado Civil: CASADO(A) Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO Profissão: POLICIAL MILITAR Telefones Fixos: - 8738312833
Telefones Celulares:
- **87999189734**

Endereço Residencial: **RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE, 1567 - CEP: 0 - Bairro: AABB - SERRA TALHADA/PERNAMBUCO/BRASIL**

NAO SE APLICA - Ramo de Atividade: **NAO INFORMADO**

Nome do Representante: - Cargo do Representante: - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial: - Telefone de Contato: -

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/NXR 150 BROS KS** Objeto apreendido: **Não**

07/12/2018 10:53



Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **01 (UNIDADE)**

Placa: **KJU9691** (PERNAMBUCO/SERRA TALHADA) Renavam: **913239305** Chassi: **9C2KD03107R013047**
Ano Fabricação/Modelo: **2007/2008** Combustível: **GASOLINA**

Complemento / Observação

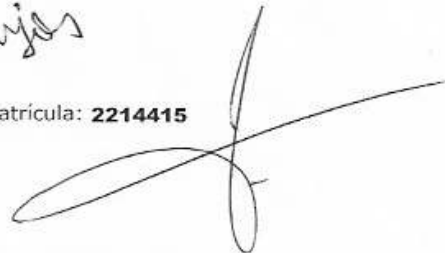
O SR. ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS NOTICIA QUE SOFRERA UM ACIDENTE DE TRANSITO QUANDO SE DESLOCAVA PELA PE 365, CONDUZINDO A MOTOCICLETA DESCRITA NESTE BOE., NO SENTIDO SERRA TALHADA/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE. RELATOU A SR. ADERSON QUE PERDEU O CONTROLE DE SEU VEÍCULO AO BATER EM UNIMAL (JUMENTO) QUE ADENTROU REPENTINAMENTE NA VIA, VINDO A CAIR E A SOFRER ALGUMAS LESÕES. TENDO SIDO LOGO EM SEGUIDA SOCORRIDO POR POPULARES QUE O LEVARAM AO HOSPAM, NESTA CIDADE, ONDE FORA ATENDIDO PELO MÉDICO SEVERINO FERRAZ CARVALHO. VINDO HOJE NOTIFICAR O OCORRIDO EM RAZÃO DE REQUERER O SEGURO DPVAT.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
(VITIMA)

x Aderson Sebastião dos Anjos

B.O. registrado por: **DEODORO FONSECA DE CARVALHO** - Matrícula: **2214415**



07/12/2018 10:53





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 319493164-72 4 - Nome completo da vítima: ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS 6 - CPF: 319493164-72
7 - Profissão: POLICIAL MILITAR 8 - Endereço: RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE 9 - Número: 01567 10 - Complemento: CASA
11 - Bairro: 12 - Cidade: SERRA TALHADA 13 - Estado: PE 14 - CEP: 56912-170
15 - E-mail: JOAQUIMNETO769@GMAIL.COM 16 - Tel.(DDD): 07198967128

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAI, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)
☒ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
AGÊNCIA: 0586 0 CONTA: 100009 8
(informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou irmão(s)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não obrigatório

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: SERRA TALHADA - PE, 14/09/2020

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)



BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA: 13/01/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

BANCO: 237

AGÊNCIA: 00586-0

CONTA: 000000100009-8

Nr. Autenticação

BRADESCO1301202005000000000023700586000000100009135000 PAGO





CNPJ 09.769.035/0001-64
INSC. EST. Nº 18.1.001.0014398-2

ATENDIMENTO: RUA MANOEL PEREIRA DA SILVA - NUM. - 00882 - NO
SSA SRA DA PENHA SERRA TALHADA PE 56903-490

DADOS DO CLIENTE

ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
R LUIZ OLAVO DE ANDRADE, N. 01567 - IPSEP SERRA TALHADA PE 569
12-170
INSCRIÇÃO: 139.836.111.0012.720 GRUPO: 5 DEB. AUTOMÁTICO: 107580470

MATRÍCULA: 107580470 Out/2019

SITUAÇÃO ÁGUA	SITUAÇÃO ESGOTO	RESIDENCIAL	QUANTIDADE DE ECONOMIAS	PÚBLICA
CORTADO	POTENCIAL	1	COMERCIAL INDUSTRIAL	
NORMOMETRO	DATA LEIT. ANTERIOR	DATA LEIT. ATUAL	TIPO DE CONSUMO (A/E)	
A16N206036	27/09/2019	28/10/2019	MÉDIA HD	

ÁGUA:
LEIT ANT: 34 CONSUMO: 1
LEIT ATU: TAXA MÍNIMA
LEIT FAT: 44

HISTÓRICO DE CONSUMO
REFERÊNCIA CONSUMO

09/2019 00
03/2019 00
07/2019 01
06/2019 01
05/2019 03
04/2019 01
MÉDIA: 01

PARAMETROS	NÚMERO DE AMOSTRAS		
	EXIG. PORT. NS 2.914/11	ANÁLISES REALIZ.	ATENDEN A LEGIS
TURBIDEZ	70	70	70
COR APARENTE	70	70	69
CLORO RESIDUAL	70	70	68
COLIF. TOTAIS	70	70	70
E. COLI	70	70	70

Qualidade de Água: www.compesa.com.br

OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSÊNCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
(2) OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO
RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA
(3) OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES
ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ÁGUA
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

TARIFA CORTADO DEC. 18.251/94 10/2019

13,22

CREDITOS ANTERIORES 05/2019

2,47

Pago em 08/11/2019

Por email





Número: **0000965-10.2020.8.17.3370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada**

Última distribuição : **24/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

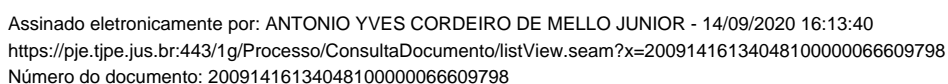
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67911 212	14/09/2020 16:13	ANEXO 2	Outros (Documento)

Processo n.º 0001214-83.2016.8.17.1370

Requer, ainda, que sejam, todas as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editalícias doravante expedidas, sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono **PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS, OAB/PE 15.131, sob pena de nulidade.**

VALERIA FERNANDA OLEGARIO DE LIMA
OAB/PE 41.583



RECIBO DO SACADO

CAIXA	104-0	10498.39291 94000.100043 11546.331874 1 80650000352870			
Beneficiário:			CPF/CNPJ do Beneficiário	Agência: Código do Cedente	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			00.360.305/0001-34	2717-839299	
Nº do Documento	Nº do Documento	Valor do Documento	Valor do Documento		
0091400051910069	14000000115463318-0	36.11/2019	3.529,70		
Instituição (Texto de Responsabilidade do Cedente):					Escritório
RIBUNAL TJ PERNAMBUCO					Arquiteto Desenhos Arquiteturais
OMARCA SERRA TALHADA					Arquiteto Mota Mota Junior
ARA SERRA TALHADA - 01A VARA CÍVEL					Arquiteto Arantes Arantes
PROCESSO: 00012149329165171370 N.º GUAR. 1					Arquiteto Arantes Arantes
JURISDIÇÃO DOS: Aderson Sebastião dos Anjos / Seguradora Líder dos Consórcios do Segur					Arquiteto Arantes Arantes
DATA: 0914-040-01514906-2					Arquiteto Arantes Arantes
ARA ENVIAR TFE JUDICIAL UTILIZAR CUP: 040091400051910069					Arquiteto Arantes Arantes
BS: PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO					Arquiteto Arantes Arantes
Cada: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGU					CPF/CNPJ do 248 999 01 0104
					UF: RJ
					CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2432

Ovidiana: 0800 726 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

CAIXA	104-0	10498.39291 94000.100043 11546.331874 1 80650000352870			
Atividade pagadora:					Valor do Documento
REFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGÊNCIAS DA CAIXA					36.11/2019
Beneficiário:			CPF/CNPJ do Beneficiário	Agência: Código do Cedente	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			00.360.305/0001-04	2717-839299	
Nº do Documento	Nº do Documento	Especie do Documento	Assinatura	Data do processamento	Nº do Documento
36.11/2019	040091400051910069	DJ	S	08/10/2019	14000000115463318-0
Valor do Documento	Valor do Documento	Moeda	Quantidade	Valor	Valor do Documento
36.11/2019	36.11/2019	R\$	1	3.529,70	3.529,70
Instituição (Texto de Responsabilidade do Cedente):					Escritório
RIBUNAL TJ PERNAMBUCO					Arquiteto Desenhos Arquiteturais
OMARCA SERRA TALHADA					Arquiteto Mota Mota Junior
ARA SERRA TALHADA - 01A VARA CÍVEL					Arquiteto Arantes Arantes
PROCESSO: 00012149329165171370 N.º GUAR. 1					Arquiteto Arantes Arantes
JURISDIÇÃO DOS: Aderson Sebastião dos Anjos / Seguradora Líder dos Consórcios do Segur					Arquiteto Arantes Arantes
DATA: 0914-040-01514906-2					Arquiteto Arantes Arantes
ARA ENVIAR TFE JUDICIAL UTILIZAR CUP: 040091400051910069					Arquiteto Arantes Arantes
BS: PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO					Arquiteto Arantes Arantes
Cada: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGU					CPF/CNPJ do 248 999 01 0104
					UF: RJ
					CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação



Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
		23/10/2019		0	U
DATA DA GUIA		Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA	
23/10/2019		00012148320168171370		ESTADUAL	
UF/COMARCA		ORGÃO/VARA		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE		Vara Cível		3528,70	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica		09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS		FÍSICA		31949916472	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA					
FC1CF3B341D164F8					
CÓDIGO DE BARRAS					
10498.39291 94000.100043 11546.331874 1 806500000352870					



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais, os poderes que me foram conferidos pela SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, na pessoa do (a) Belal: Dra. GABRIELLE ARCOVERDE CUNHA, OAB/PE 21.721, brasileira, casada, Dra. ISABELLA MARIA DE ALBUQUERQUE BIEGINS, OAB/PE 28.298, brasileira, casada, Dra. BRUNA PORTO BARRETO, OAB/PE 28.531, brasileira, solteira, Dra. MARIANA SIQUEIRA PONTES DE SOUZA BARROS, OAB/PE 36.769, brasileira, solteira, Dr. LEONARDO GONÇALVES LIRA, OAB/PE 25.309-8, brasileiro, casado, Dr. FRANCISCO SANTANA DE LIMA, OAB /PE 38.059, brasileiro, solteiro, Dra. GABRIELA TALITA PEREIRA DA SILVA, OAB/PE 38.851, brasileira, solteira, Dra. PAULA BORGES FALCÃO, OAB/PE 38.339, brasileira, solteira, Dra. TATIANA VALEIRA BEZERRA DAS CHAGAS GABRIELE, OAB/PE 41.550, brasileira, casada, Dra. VALERIA FERNANDA OLEGARIO DE LIMA, OAB/PE 41.583, brasileira, solteira, Dr. ERICK ANDERSON DE PAULA, OAB /PE 42.200, brasileiro, solteiro, Dra. FERNANDA MIRANDA SILVA SOARES, OAB/PE 43.078, brasileira, solteira, Dra. CARINA DE LUCENA MOURY FERNANDES, OAB/PE 43.723, brasileira, solteira, Dra. BRUNA DE SÁ CASTRO MOREIRA, OAB/PE 45.813, brasileira, solteira, Dra. MIRELLA SOARES DE MATOS LIRA, OAB/PE 26.387, Dr. TOMAZ SANTOS FURTADO, OAB/PE 40.387, brasileiro, solteiro, Dra. THAIMARA PRYSCILLA DA SILVA SANTANA, OAB /PE 43.241, brasileira, solteira, Dra. ANNE CAROLINE BARBOSA GUIMARAES, OAB/PE 43.007, brasileira, solteira, para patrocínio das ações pertinentes ao seguro DPVAT em tramite nesta comarca, ambos com endereço para intimações à Av. Agamenon Magalhães, nº 4779, 22º andar – Ed. Empresaria, Issac Newton – Ilha do Leite – Recife – CEP: 50070-160 PE, para deles usar quando me convier.

Recife/PE, 26 de Abril de 2018.

PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS
OAB/PE 15.131



RECIBO DO SACADO

CAIXA	104-0	10498.39291 94000.100043 11546.331874 1 80650000352870			
Cedente / Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299	
Nº do documento 040091400051910089	Nosso Número 14000000115463318-0	Vencimento 06/11/2019	Valor do Documento 3.528,70		
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: SERRA TALHADA VARA: SERRA TALHADA - 01A VARA CIVEL PROCESSO: 00012148320168171370 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: Aderson Sebastião dos Anjos / Seguradora Líder dos ConsÓrcios do Segur CONTA: 0914 040 01514906 - 2 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040091400051910089 OBS: PAGAMENTO DE CONDENACAO			(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado		
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR			CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:		
Sacador/Avalista:			CPF/CNPJ:		

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

CAIXA	104-0	10498.39291 94000.100043 11546.331874 1 80650000352870			
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA					Vencimento 06/11/2019
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299	
Data do documento 08/10/2019	Nº do documento 040091400051910089	Espécie de docto. DJ	Acelte S	Data do processamento 08/10/2019	Nosso Número 14000000115463318-0
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 3.528,70
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: SERRA TALHADA VARA: SERRA TALHADA - 01A VARA CIVEL PROCESSO: 00012148320168171370 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: Aderson Sebastião dos Anjos / Seguradora Líder dos ConsÓrcios do Segur CONTA: 0914 040 01514906 - 2 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040091400051910089 OBS: PAGAMENTO DE CONDENACAO					(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR					CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:					CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada – PE

Processo n.º 0001214-83.2016.8.17.1370

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A (Portaria Susep nº 34 de 02/08/2016), pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos da Ação de Cobrança do Complemento do Seguro DPVAT, que lhe move **ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS**, vem, respeitosamente por seu advogado infra-assinado, requerer a juntada do comprovante do pagamento de custas finais, razão pela qual requer o arquivamento do feito com baixa na distribuição.

Requer, ainda, que sejam, todas as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editaisícias doravante expedidas, sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono **PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS, OAB/PE 15.131, sob pena de nulidade.**

Nestes termos,
Pede deferimento.
Serra Talhada/PE, 08 de novembro de 2019.



VALERIA FERNANDA OLEGARIO DE LIMA
OAB/PE 41.583



[illegible][illegible][illegible]

1000





Banco do Brasil

Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	Nº DA CONTA JUDICIAL	
	0	
DATA DA GUITA	DATA DO DEPOSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)
05/11/2019	05/11/2019	0
UF/COMARCA	Nº DO PROCESSO	TIPO DE JUSTICA
PE	00017148320168171370	ESTADUAL
	ORGÃO/VARA	VALOR DO DEPOSITO (R\$)
	Vara Cível	165,28
NOME DO RÉU/IMPETRADO	DEPOSITANTE	CPF / CNPJ
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	RÉU	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS	Jurídica	31949916472
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA	TIPO DE PESSOA	
9F6D8684CBA2C92C	FÍSICA	
CÓDIGO DE BARRAS		
00190.00009 03106.434008 00472 227172 9 81200000016528		



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais, os poderes que me foram conferidos pela SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, na pessoa do (a) Bel(a). Dra. GABRIELLE ARCOVERDE CUNHA, OAB/PE 21.721, brasileira, casada, Dra. ISABELLA MARIA DE ALBUQUERQUE BIEGING, OAB/PE 28.298, brasileira, casada, Dra. BRUNA PORTO BARRETO, OAB/PE 28.531, brasileira, solteira, Dra. MARIANA SIQUEIRA PONTES DE SOUZA BARROS, OAB/PE 36.769, brasileira, solteira, Dr. LEONARDO GONÇALVES LIRA, OAB/PE 25.309-0, brasileiro, casado, Dr. FRANCISCO SANTANA DE LIMA, OAB /PE 38.069, brasileiro, solteiro, Dra. GABRIELA TALITA PEREIRA DA SILVA, OAB/PE 38.851, brasileira, solteira, Dra. PAULA BORGES FALCÃO, OAB/PE 38.339, brasileira, solteira, Dra. TATIANA VALEIRA BEZERRA DAS CHAGAS GABRIELE, OAB/PE 41.550, brasileira, casada, Dra. VALERIA FERNANDA OLEGARIO DE LIMA, OAB/PE 41.583, brasileira, solteira, Dr. ERICK ANDERSON DE PAULA, OAB /PE 42.200, brasileiro, solteiro, Dra. FERNANDA MIRANDA SILVA SOARES, OAB/PE 43.076, brasileira, solteira, Dra. CARINA DE LUCENA MOURY FERNANDES, OAB/PE 43.723, brasileira, solteira, Dra. BRUNA DE SÁ CASTRO MOREIRA, OAB/PE 45.815, brasileira, solteira, Dra. MIRELLA SOARES DE MATOS LIRA, OAB/PE 26.387, Dr. TOMAZ SANTOS FURTADO, OAB/PE 40.387, brasileiro, solteiro, Dra. THAIMARA PRYSCILLA DA SILVA SANTANA, OAB /PE 43.241, brasileira, solteira, Dra. ANNE CAROLINE BARBOSA GUIMARAES, OAB/PE 43.007, brasileira, solteira, para patrocínio das ações pertinentes ao seguro DPVAT em tramite nesta comarca, ambos com endereço para intimações à Av. Agamenon Magalhães, nº 4779, 22º andar – Ed. Empresarial Issac Newton – Ilha do Leite – Recife – CEP: 50070-160 PE, para deles usar quando me convier.

Recife/PE, 26 de Abril de 2018.

PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS
OAB/PE 15.131



Processo () Parte () Advogado ()

Número ⓘ

Único

Antigo

Execução

CDA

0001214-83.2016.8.17.1370

[Consultar](#)

▼ 1º GRAU - Físico

()

0001214-83.2016.8.17.1370**Órgão Julgador**

Primeira Vara Cível da Comarca de Serra Talhada

Classe CNJ

Procedimento Comum Cível

Assunto(s) CNJ

Seguro.

Partes

Exibindo todas

Requerente

Aderson Sebastião dos Anjos

Advogado

Haroldo Magalhães de Carvalho

Requerido

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

Movimentações

Exibir apenas 5 últimas

[Exibindo todas](#)**17/09/2019 14:27**

Registro e Publicação de Sentença

(Clique para resumir) S E N T E N Ç A O(a) Sr(a). ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS, dados qualificativos expressos na exordial, ajuizou a presente ação de cobrança contra a SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, igualmente qualificada na exordial, alegando, em suma, que, em 07/12/2014, sofreu acidente de trânsito, situação que lhe acarretou invalidez permanente em virtude de lesões corporais de natureza grave, razão pela qual entende fazer jus à indenização relacionada ao seguro obrigatório de danos pessoais por veículos

[r01.tjpe.jus.br/consultaprocessualunificada/processo/](https://pje.tjpe.jus.br/consultaprocessualunificada/processo/)

1/12



automotores de via terrestre - DPVAT. Com a petição inicial vieram os documentos de fls. 07/15. Exame pericial realizado durante o mutirão de conciliação promovido pelo TJPE (fls. 24/25). Devidamente citada, a requerida apresentou defesa em forma de contestação (fls. 27/38) e documentos (fls. 39/99), alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir em virtude da quitação em sede administrativa e inépcia da inicial ante a ausência de documentos indispensáveis à propositura da demanda. No mérito, pugnou pela improcedência do pedido uma vez que a obrigação foi satisfeita em sede administrativa e em conformidade com o grau de invalidez decorrente do sinistro. Réplica às fls. 125/133. As partes foram intimadas para se manifestarem a respeito do exame pericial. Em resposta, a demandante peticionou às fls. 140/141 e a demandada às fls. 142/144. Este é o relatório. Tudo bem visto e ponderado, DECIDO. Antes de adentrar ao mérito, passo ao exame das preliminares ventiladas pela Seguradora ré. A seguradora ré defende a falta de interesse de agir da parte autora pelo simples fato de ter sido pago administrativamente o valor incontroverso. Todavia, nesta demanda o(a) postulante aduz ter direito a indenização maior do que lhe foi paga, sendo mais que evidente o seu interesse de agir. Segundo o texto inserto no artigo 5º, inciso XXXV, da CRFB, o interesse é um direito fundamental, tendo como princípio a inafastabilidade do Poder Judiciário. Assim, demonstrado à necessidade de recorrer ao Poder Judiciário para valer-se de algum direito, não há que se falar em falta de interesse de agir. O interesse de agir parte da necessidade de se obter, por intermédio do processo, a proteção ao interesse substancial, de satisfazer um direito, seja de ordem material ou imaterial. Sobre o tema, lecionam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery¹: "Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático. Verifica-se o interesse processual quando o direito tiver sido ameaçado ou efetivamente violado (...). De outra parte, se o autor mover a ação errada ou utilizar-se do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional não lhe será útil, razão pela qual a inadequação procedimental acarreta a inexistência de interesse processual." Assim, fica rejeitada a preliminar. A seguradora ré suscita, ainda, a inépcia da inicial ante a ausência dos documentos indispensáveis à propositura da demanda, uma vez que a parte autora não apresentou o laudo do Instituto Médico Legal - IML para fins de comprovação do estado de sua incapacidade. Entendo que a discussão quanto à apresentação dos documentos essenciais à propositura da demanda, no momento em que se encontra o processo, não envolve questão preliminar, mas sim discussão tipicamente de mérito, que pode acarretar ou não o acolhimento do pedido inicial, porém, jamais a extinção do feito sem resolução de mérito, conforme pleiteado. Apesar disso, não é demais ressaltar que é entendimento assente no Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que o laudo do IML pode ser suprimido por outros documentos comprobatórios do acidente e lesões sofridas pela vítima. Nesse sentido, confirmam-se: "CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. PRELIMAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. LAUDO MEDICO CONCLUSIVO. REJEITADA. INVALIDEZ PARCIAL. APLICAÇÃO DA GRADAÇÃO LEGAL. RECURSO PROVIDO. 1. Preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa - o laudo do IML não é documento essencial ao ajuizamento da ação, podendo ser suprido por documentos que comprovem, de forma idônea, o acidente, as lesões sofridas e o respectivo percentual de invalidez. Apreciação do conjunto probatório. Rejeitada 2. A Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça tem entendido como devida a gradação da verba indenizatória, nos termos da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.945/09. A qual dispõe: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" 3. O art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com as alterações posteriores, prevê que quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do referido parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização. 4. Segundo o laudo pericial, foi constatada debilidade funcional moderada do joelho e ficará com sequela definitiva, portanto parcial, devendo-se proceder com a gradação prevista no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.945/09, sendo devida a redução proporcional de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) previsto na Tabela de Danos Corporais, por se tratar de para as perdas de repercussão intensa. 5. Honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da causa, conforme o art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, ficando suspensa a sua exigibilidade, por força do benefício da Assistência Judiciária Gratuita (art. 12, da Lei nº



1.060/50). 6. Recurso de apelação provido. Decisão unânime." (TJ-PE, Apelação 339388-0, Relator: Jones Figueirêdo, 4ª Câmara Cível, data do julgamento: 21/08/2014, data da publicação: 28/08/2014). - Grifo nosso. "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. VIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO 302/2005 DA SUSEP. NÃO CONFIGURAÇÃO. VIGÊNCIA DA LEI 11.482/07. NÃO CONFIGURAÇÃO. SALÁRIOS MÍNIMOS DA ÉPOCA DO SINISTRO. ACOLHIMENTO. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ. ACOLHIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 11, § 1º DA LEI 1.060/50. NÃO ACOLHIMENTO. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. A ausência do laudo do IML não obsta a comprovação do direito da parte, o qual poderá ser verificado no curso do processo, por qualquer outro meio admitido em direito. 2. A falta de submissão a procedimento administrativo prévio não obsta o ajuizamento da ação indenizatória securitária. 3. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002, serão da lei anterior os prazos, quando reduzidos pelo novo Código, se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada. A interposição do procedimento administrativo enseja a suspensão do prazo prescricional, conforme orientação emanada da súmula 229 do STJ. Prescrição não configurada. 4. Em se tratando de acidente ocorrido antes da vigência da Lei nº 11.482/2007 e da Resolução nº 302/2005 da SUSEP, o pagamento do seguro obrigatório deve corresponder até o limite de quarenta salários mínimos, a teor do disposto no art. 3º da Lei nº "6.194/74". 5. O Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que a indenização deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento, sendo que, nos casos de invalidez parcial permanente, ela deve ser paga proporcionalmente ao grau da lesão, até o limite de 40 salários mínimos. 6. Para que se autorize a condenação por litigância de má-fé é necessária a demonstração da ocorrência de qualquer das hipóteses legais. [...]. 9. Existindo nos autos laudos médicos atestando a veracidade da lesão, a incapacidade por invalidez permanente completa ou parcial, além do nexo de causalidade, desnecessária a conversão do julgamento em diligência para aferir o grau da lesão. 10. Recurso de Apelação Cível parcialmente procedente. Decisão Unânime." (TJ-PE, Apelação 300866-4, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, 4ª Câmara Cível, data do julgamento: 03/10/2013, data da publicação: 14/10/2013). - Grifo nosso. Assim, rejeito a preliminar. Com isso, passo a enfrentar o mérito. O cerne da presente demanda está em verificar o grau de incapacidade da parte autora e se ela faz jus a receber indenização maior do que aquela paga administrativamente a título de seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre - DPVAT. Sem maiores delongas, registro, desde logo, que o pedido formulado na exordial deve ser julgado parcialmente procedente. É incontroverso que a parte autora foi vítima de acidente de trânsito, como se deduz do histórico do boletim de ocorrência policial, documentos médicos e laudo pericial. Aliás, reconhecendo em parte a pretensão do(a) requerente, a ré pagou administrativamente a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Pois bem. O Seguro Obrigatório de Veículos DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74 e visa a indenizar danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (art. 2º, I, da Lei nº 6.194/74), cobrindo a morte, a invalidez permanente total ou parcial e as despesas de assistência médica e suplementares, independentemente da existência de culpa. Os próprios riscos existentes em função da circulação de veículos foi o fator que motivou o legislador a estabelecer uma espécie de seguro cujo objetivo é garantir uma indenização básica às vítimas de acidentes automobilísticos, independente de perquirição acerca de culpa. Trata-se, desta maneira, de um seguro especial da espécie acidentes pessoais que beneficiam as pessoas transportadas ou não, que porventura venham a ser lesionadas em razão da circulação de veículos ou, em caso de morte, beneficia os sucessores. Na lição de Sergio Cavalieri Filho², pode-se afirmar que o seguro obrigatório deixou de ser caracterizado como um seguro de responsabilidade civil do proprietário, para se transformar em um seguro social em que o segurado é indeterminado, vindo à tona quando da ocorrência de um sinistro em que haja alguma espécie de dano



sobre a pessoa e envolva um veículo automotivo. As vítimas mais desprotegidas do trânsito antes ficavam à mercê da "loteria da culpa", podendo poucas vezes demonstrar a culpa do causador ou mesmo identificá-lo. Hoje, a indenização também é prevista para a hipótese de dano causado por veículo não identificado. O seguro tem por objetivo cobrir os danos pessoais causados pelo veículo, razão pela qual está a exigir um nexo de causalidade entre o dano e o acidente de trânsito. Os §§ 3º e 4º, do art. 5º, da Lei nº 6.194/74 e as Normas Anexas à Resolução CNSP 1/75, que regulamenta tal seguro, determinam que estão obrigados a contratá-lo os proprietários de veículos sujeitos a registro e licenciamento, demonstrando que o risco existe pela simples movimentação ou circulação de um veículo que, de alguma possam provocar um dano sobre uma pessoa. Não basta a simples existência do veículo, sendo necessário, para gerar o direito à indenização, que o veículo não seja mera concausa passiva do acidente. É necessário que o veículo seja causa eficiente na produção do evento danoso, o que não acontece, por exemplo, com o dano pessoal daquele que em desequilíbrio vai de encontro a um veículo estacionado, ou daquele que, de propósito lança-se do alto de um edifício sobre um veículo, vindo a falecer. Seriam essas hipóteses cobertas apenas pelo seguro de Acidentes Pessoais (e não de veículo), de caráter facultativo. O proprietário do automóvel, diferentemente do que ocorre no seguro de responsabilidade civil, não é o segurado, e sim os terceiros que sofrem os danos. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que não há um contrato de seguro propriamente dito, e sim uma obrigação legal, um seguro de responsabilidade social imposto por lei, para cobrir os riscos da circulação dos veículos em geral. A cobertura do seguro obrigatório abrange todos os danos pessoais sofridos, incluindo os sofridos pelo próprio segurado. O seguro prevê indenização nos casos de: morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares. Esse seguro se operacionaliza com seguradoras de todo o país, em ação conjunta e organizada em um consórcio que deve atender aos segurados. Todas as seguradoras conveniadas atuam em conjunto e solidariamente, administradas pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização. O pagamento deve ser efetuado em função da ocorrência do evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva dos usuários de veículos pelos danos pessoais que venham a causar, independentemente de apuração de culpa. Para fazer jus à indenização, basta que a vítima apresente os documentos que comprovem a existência do acidente e a condição de beneficiário. Para que não restassem desamparadas as vítimas de acidentes cujo veículo não foi identificado, o art. 7º da Lei nº 6.194/74 dispõe que a indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado será paga, nas mesmas condições que as indenizações em que é identificado o veículo. A indenização deva ser paga ainda que o proprietário do veículo não tenha realizado o seguro ou mesmo no caso de não ter sido pago o prêmio. Nestes pontos evidencia-se a natureza objetiva da responsabilização e seu caráter social. A indenização devida no seguro DPVAT, repito, independe da apuração de culpa do proprietário ou do condutor do veículo causador do dano. É seguro atípico de acidentes pessoais, ou de danos pessoais, como o seu nome indica, cobrindo o dano que poderá sofrer o próprio motorista ou proprietário do veículo causador, como também do carona e se utiliza dos critérios e percentuais adotados pelo seguro de acidentes pessoais para apuração da invalidez. Pode-se dizer que se trata de seguro de responsabilidade civil sui generis porque concebido, com propósito eminentemente social, de transferir para o segurador os efeitos econômicos do risco da responsabilidade civil do proprietário (teoria do risco) de reparar os danos que sua máquina presumidamente perigosa (veículo automotor de via terrestre) possa causar às vítimas desafortunadas do trânsito independentemente de apuração de culpa, por isso que tal seguro desponta como uma das espécies que excepcionam a regra da teoria subjetiva da culpa adotada pelo Código Civil Brasileiro. Opera dito seguro como que uma estipulação em favor de terceiro, ou seja, uma estipulação do proprietário do veículo para as vítimas em potencial do trânsito, dentre as quais se incluem as pessoas transportadas ou não, inclusive o próprio motorista, ainda que seja ele o dono do carro. In casu, a parte autora alega que o acidente de que foi vítima lhe causou invalidez permanente. A indenização do seguro DPVAT decorrente de invalidez é assim regulada pela Lei nº 6.194/74: Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (...). II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (...). § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso



II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...)" (g.n.) A respeito do assunto, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça publicou a Súmula de nº 474, com o seguinte teor: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". A propósito, conforme o art. 927, IV, do CPC, os juízes e os tribunais deverão atentar para "os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional". Sobre o tema, trago à colação o Enunciado nº 170 do FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, in verbis: "As decisões e precedentes previstos nos incisos do caput do art. 927 são vinculantes aos órgãos jurisdicionais a eles submetidos. Trata-se, portanto, de precedente obrigatório. Na situação em apreço, observa-se que a parte autora sofreu o acidente em 07/12/2014, ou seja, em data posterior à vigência da MP nº 451/2008, que foi convertida na Lei nº 11.945/2009, a partir da qual passou a ser necessária a realização de perícia em casos como o presente para aferição do grau de invalidez e aplicação da tabela percentual ali destacada. A perícia realizada às fls. 24/25, aponta, indubitavelmente, que o dano corporal sofrido pelo(a) demandante resultou invalidez parcial incompleta, comprometendo apenas parte do seu patrimônio físico e apontou como percentual de perda o valor de 50%. Assim, as provas constantes dos autos determinam que as sequelas decorrentes do acidente não ensejam o pagamento da indenização máxima, uma vez que não se trata de perda anatômica ou funcional completa de um dos membros ou comprometimento de função vital, pois, em conformidade com o laudo, o demandante sofreu debilidade correspondente a 50% do pé direito e, assim, deve ser observada a regra segundo a qual se deve proceder à redução proporcional da indenização conforme a repercussão das lesões. Desta maneira, considerando que a perda anatômica ou funcional completa de um dos pés ensejaria o pagamento de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) - a tabela prevê o percentual de 50% sobre R\$ 13.500,00 -, e, aplicando-se o percentual de debilidade encontrado na perícia (50%), o valor da indenização deve ser de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais). A par disso, deduzindo-se o valor recebido em sede administrativa, qual seja, R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), resta à parte requerente receber apenas o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 487, I, do CPC, resolvo o mérito da demanda para JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial para condenar a Seguradora Ré a pagar à parte autora a importância de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), corrigida monetariamente pela tabela do ENCOGE a partir da data do acidente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação (art. 405 do Código Civil c/c o art. 240 do CPC - Súmula nº 426 do STJ). Com base nos arts. 84, 85, §§ 2º e 6º, e 86, parágrafo único, todos do CPC, condeno exclusivamente a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação, tendo em vista os parâmetros estipulados nos incisos I a IV do § 2º do art. 85 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certifique-se, oportunamente, o trânsito em julgado. Após, archive-se. Em sendo interposto recurso de APELAÇÃO, por não haver mais o juízo de prelibação nesta Instância (art. 1.010 do Código de Processo Civil), sem necessidade de nova conclusão, nos termos do art. 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil, INTIME-SE



o(a) apelado(a) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Se apresentada apelação adesiva pela parte recorrida (art. 997 do CPC), INTIME-SE a parte contrária para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, §2º, do CPC. Caso sejam apresentadas contrarrazões, em sendo suscitadas preliminares, INTIME-SE o apelante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.009, § 2º, do Código de Processo Civil, manifeste-se acerca das referidas questões. Após o prazo, com ou sem resposta, ex vi do disposto no § 3º do art. 1.010 do CPC, REMETAM-SE os autos ao E. Tribunal de Justiça de Pernambuco, independentemente do juízo de admissibilidade. Serra Talhada/PE, 17 de setembro de 2019. Diógenes Portela Saboia Soares Torres Juiz de Direito 1 Código de Civil Comentado e Legislação Extravagante, 12ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 607. 2 CAVALIERI FILHO, Sergio. "Programa de Responsabilidade Civil". 4. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 153. -----

----- PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE PERNAMBUCO 1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva Rua Cabo Joaquim da Mata, S/N - Tancredo Neves - CEP: 56.909-115 Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586 E-mail: vciv01.serratalhada@tjpe.jus.br Processo nº 0001214-83.2016.8.17.1370 Diógenes Portela S. S. Torres Juiz de Direito Página 2

04/07/2019 10:20

Extinção do processo com resolução do mérito procedência em parte

(Clique para resumir) S E N T E N Ç A O(a) Sr(a). ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS, dados qualificativos expressos na exordial, ajuizou a presente ação de cobrança contra a SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, igualmente qualificada na exordial, alegando, em suma, que, em 07/12/2014, sofreu acidente de trânsito, situação que lhe acarretou invalidez permanente em virtude de lesões corporais de natureza grave, razão pela qual entende fazer jus à indenização relacionada ao seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre - DPVAT. Com a petição inicial vieram os documentos de fls. 07/15. Exame pericial realizado durante o mutirão de conciliação promovido pelo TJPE (fls. 24/25). Devidamente citada, a requerida apresentou defesa em forma de contestação (fls. 27/38) e documentos (fls. 39/99), alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir em virtude da quitação em sede administrativa e inépcia da inicial ante a ausência de documentos indispensáveis à propositura da demanda. No mérito, pugnou pela improcedência do pedido uma vez que a obrigação foi satisfeita em sede administrativa e em conformidade com o grau de invalidez decorrente do sinistro. Réplica às fls. 125/133. As partes foram intimadas para se manifestarem a respeito do exame pericial. Em resposta, a demandante peticionou às fls. 140/141 e a demandada às fls. 142/144. Este é o relatório. Tudo bem visto e ponderado, DECIDO. Antes de adentrar ao mérito, passo ao exame das preliminares ventiladas pela Seguradora ré. A seguradora ré defende a falta de interesse de agir da parte autora pelo simples fato de ter sido pago administrativamente o valor incontroverso. Todavia, nesta demanda o(a) postulante aduz ter direito a indenização maior do que lhe foi paga, sendo mais que evidente o seu interesse de agir. Segundo o texto inserto no artigo 5º, inciso XXXV, da CRFB, o interesse é um direito fundamental, tendo como princípio a inafastabilidade do Poder Judiciário. Assim, demonstrado à necessidade de recorrer ao Poder Judiciário para valer-se de algum direito, não há que se falar em falta de interesse de agir. O interesse de agir parte da necessidade de se obter, por intermédio do processo, a proteção ao interesse substancial, de satisfazer um direito, seja de ordem material ou imaterial. Sobre o tema, lecionam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery¹: "Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático. Verifica-se o interesse processual quando o direito tiver sido ameaçado ou efetivamente violado (...). De outra parte, se o autor mover a ação errada ou utilizar-se do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional não lhe será útil, razão pela qual a inadequação procedimental acarreta a inexistência de interesse processual." Assim, fica rejeitada a preliminar. A seguradora ré suscita, ainda, a inépcia da inicial ante a ausência dos documentos indispensáveis à propositura da demanda, uma vez que a parte autora não apresentou o laudo do Instituto Médico Legal - IML para fins de comprovação do estado de sua incapacidade Entendo que a discussão quanto à



apresentação dos documentos essenciais à propositura da demanda, no momento em que se encontra o processo, não envolve questão preliminar, mas sim discussão tipicamente de mérito, que pode acarretar ou não o acolhimento do pedido inicial, porém, jamais a extinção do feito sem resolução de mérito, conforme pleiteado. Apesar disso, não é demais ressaltar que é entendimento assente no Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que o laudo do IML pode ser suprimido por outros documentos comprobatórios do acidente e lesões sofridas pela vítima. Nesse sentido, confirmam-se: "CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. PRELIMAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. LAUDO MEDICO CONCLUSIVO. REJEITADA. INVALIDEZ PARCIAL. APLICAÇÃO DA GRADAÇÃO LEGAL. RECURSO PROVIDO. 1. Preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa - o laudo do IML não é documento essencial ao ajuizamento da ação, podendo ser suprido por documentos que comprovem, de forma idônea, o acidente, as lesões sofridas e o respectivo percentual de invalidez. Apreciação do conjunto probatório. Rejeitada 2. A Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça tem entendido como devida a gradação da verba indenizatória, nos termos da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.945/09. A qual dispõe: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" 3. O art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com as alterações posteriores, prevê que quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do referido parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização. 4. Segundo o laudo pericial, foi constatada debilidade funcional moderada do joelho e ficará com sequela definitiva, portanto parcial, devendo-se proceder com a gradação prevista no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.945/09, sendo devida a redução proporcional de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) previsto na Tabela de Danos Corporais, por se tratar de para as perdas de repercussão intensa. 5. Honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da causa, conforme o art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, ficando suspensa a sua exigibilidade, por força do benefício da Assistência Judiciária Gratuita (art. 12, da Lei nº 1.060/50). 6. Recurso de apelação provido. Decisão unânime." (TJ-PE, Apelação 339388-0, Relator: Jones Figueirêdo, 4ª Câmara Cível, data do julgamento: 21/08/2014, data da publicação: 28/08/2014). - Grifo nosso. "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. VIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO 302/2005 DA SUSEP. NÃO CONFIGURAÇÃO. VIGÊNCIA DA LEI 11.482/07. NÃO CONFIGURAÇÃO. SALÁRIOS MÍNIMOS DA ÉPOCA DO SINISTRO. ACOLHIMENTO. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ. ACOLHIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 11, § 1º DA LEI 1.060/50. NÃO ACOLHIMENTO. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. A ausência do laudo do IML não obsta a comprovação do direito da parte, o qual poderá ser verificado no curso do processo, por qualquer outro meio admitido em direito. 2. A falta de submissão a procedimento administrativo prévio não obsta o ajuizamento da ação indenizatória securitária. 3. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002, serão da lei anterior os prazos, quando reduzidos pelo novo Código, se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada. A interposição do procedimento administrativo enseja a suspensão do prazo prescricional, conforme orientação emanada da súmula 229 do STJ. Prescrição não configurada. 4. Em se tratando de acidente ocorrido antes da vigência da Lei nº 11.482/2007 e da Resolução nº 302/2005 da SUSEP, o pagamento do seguro obrigatório deve corresponder até o limite de quarenta salários mínimos, a teor do disposto no art. 3º da Lei nº "6.194/74". 5. O Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que a indenização deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento, sendo que, nos casos de invalidez parcial permanente, ela deve ser paga proporcionalmente ao grau da lesão, até o limite de 40 salários mínimos. 6. Para que se autorize a condenação por litigância de má-fé é necessária a demonstração da ocorrência de qualquer das hipóteses legais. [...]. 9. Existindo nos autos



laudos médicos atestando a veracidade da lesão, a incapacidade por invalidez permanente completa ou parcial, além do nexo de causalidade, desnecessária a conversão do julgamento em diligência para aferir o grau da lesão. 10. Recurso de Apelação Cível parcialmente procedente. Decisão Unânime." (TJ-PE, Apelação 300866-4, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, 4ª Câmara Cível, data do julgamento: 03/10/2013, data da publicação: 14/10/2013). - Grifo nosso. Assim, rejeito a preliminar. Com isso, passo a enfrentar o mérito. O cerne da presente demanda está em verificar o grau de incapacidade da parte autora e se ela faz jus a receber indenização maior do que aquela paga administrativamente a título de seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre - DPVAT. Sem maiores delongas, registro, desde logo, que o pedido formulado na exordial deve ser julgado parcialmente procedente. É incontroverso que a parte autora foi vítima de acidente de trânsito, como se deduz do histórico do boletim de ocorrência policial, documentos médicos e laudo pericial. Aliás, reconhecendo em parte a pretensão do(a) requerente, a ré pagou administrativamente a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Pois bem. O Seguro Obrigatório de Veículos DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74 e visa a indenizar danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (art. 2º, I, da Lei nº 6.194/74), cobrindo a morte, a invalidez permanente total ou parcial e as despesas de assistência médica e suplementares, independentemente da existência de culpa. Os próprios riscos existentes em função da circulação de veículos foi o fator que motivou o legislador a estabelecer uma espécie de seguro cujo objetivo é garantir uma indenização básica às vítimas de acidentes automobilísticos, independente de perquirição acerca de culpa. Trata-se, desta maneira, de um seguro especial da espécie acidentes pessoais que beneficiam as pessoas transportadas ou não, que porventura venham a ser lesionadas em razão da circulação de veículos ou, em caso de morte, beneficia os sucessores. Na lição de Sergio Cavalieri Filho², pode-se afirmar que o seguro obrigatório deixou de ser caracterizado como um seguro de responsabilidade civil do proprietário, para se transformar em um seguro social em que o segurado é indeterminado, vindo à tona quando da ocorrência de um sinistro em que haja alguma espécie de dano sobre a pessoa e envolva um veículo automotivo. As vítimas mais desprotegidas do trânsito antes ficavam à mercê da "loteria da culpa", podendo poucas vezes demonstrar a culpa do causador ou mesmo identificá-lo. Hoje, a indenização também é prevista para a hipótese de dano causado por veículo não identificado. O seguro tem por objetivo cobrir os danos pessoais causados pelo veículo, razão pela qual está a exigir um nexo de causalidade entre o dano e o acidente de trânsito. Os §§ 3º e 4º, do art. 5º, da Lei nº 6.194/74 e as Normas Anexas à Resolução CNSP 1/75, que regulamenta tal seguro, determinam que estão obrigados a contratá-lo os proprietários de veículos sujeitos a registro e licenciamento, demonstrando que o risco existe pela simples movimentação ou circulação de um veículo que, de alguma possam provocar um dano sobre uma pessoa. Não basta a simples existência do veículo, sendo necessário, para gerar o direito à indenização, que o veículo não seja mera concausa passiva do acidente. É necessário que o veículo seja causa eficiente na produção do evento danoso, o que não acontece, por exemplo, com o dano pessoal daquele que em desequilíbrio vai de encontro a um veículo estacionado, ou daquele que, de propósito lança-se do alto de um edifício sobre um veículo, vindo a falecer. Seriam essas hipóteses cobertas apenas pelo seguro de Acidentes Pessoais (e não de veículo), de caráter facultativo. O proprietário do automóvel, diferentemente do que ocorre no seguro de responsabilidade civil, não é o segurado, e sim os terceiros que sofrem os danos. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que não há um contrato de seguro propriamente dito, e sim uma obrigação legal, um seguro de responsabilidade social imposto por lei, para cobrir os riscos da circulação dos veículos em geral. A cobertura do seguro obrigatório abrange todos os danos pessoais sofridos, incluindo os sofridos pelo próprio segurado. O seguro prevê indenização nos casos de: morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares. Esse seguro se operacionaliza com seguradoras de todo o país, em ação conjunta e organizada em um consórcio que deve atender aos segurados. Todas as seguradoras conveniadas atuam em conjunto e solidariamente, administradas pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização. O pagamento deve ser efetuado em função da ocorrência do evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva dos usuários de veículos pelos danos pessoais que venham a causar, independentemente de apuração de culpa. Para fazer jus à indenização, basta que a vítima apresente os documentos que comprovem a existência do acidente e a



condição de beneficiário. Para que não restassem desamparadas as vítimas de acidentes cujo veículo não foi identificado, o art. 7º da Lei nº 6.194/74 dispõe que a indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado será paga, nas mesmas condições que as indenizações em que é identificado o veículo. A indenização deva ser paga ainda que o proprietário do veículo não tenha realizado o seguro ou mesmo no caso de não ter sido pago o prêmio. Nestes pontos evidencia-se a natureza objetiva da responsabilização e seu caráter social. A indenização devida no seguro DPVAT, repito, independe da apuração de culpa do proprietário ou do condutor do veículo causador do dano. É seguro atípico de acidentes pessoais, ou de danos pessoais, como o seu nome indica, cobrindo o dano que poderá sofrer o próprio motorista ou proprietário do veículo causador, como também do carona e se utiliza dos critérios e percentuais adotados pelo seguro de acidentes pessoais para apuração da invalidez. Pode-se dizer que se trata de seguro de responsabilidade civil sui generis porque concebido, com propósito eminentemente social, de transferir para o segurador os efeitos econômicos do risco da responsabilidade civil do proprietário (teoria do risco) de reparar os danos que sua máquina presumidamente perigosa (veículo automotor de via terrestre) possa causar às vítimas desafortunadas do trânsito independentemente de apuração de culpa, por isso que tal seguro desponta como uma das espécies que excepcionam a regra da teoria subjetiva da culpa adotada pelo Código Civil Brasileiro. Opera dito seguro como que uma estipulação em favor de terceiro, ou seja, uma estipulação do proprietário do veículo para as vítimas em potencial do trânsito, dentre as quais se incluem as pessoas transportadas ou não, inclusive o próprio motorista, ainda que seja ele o dono do carro. In casu, a parte autora alega que o acidente de que foi vítima lhe causou invalidez permanente. A indenização do seguro DPVAT decorrente de invalidez é assim regulada pela Lei nº 6.194/74: Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (...). II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (...). § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...)." (g.n.) A respeito do assunto, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça publicou a Súmula de nº 474, com o seguinte teor: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". A propósito, conforme o art. 927, IV, do CPC, os juízes e os tribunais deverão atentar para "os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional". Sobre o tema, trago à colação o Enunciado nº 170 do FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, in verbis: "As decisões e precedentes previstos nos incisos do caput do art. 927 são vinculantes aos órgãos jurisdicionais a eles submetidos. Trata-se, portanto, de precedente obrigatório. Na situação em apreço, observa-se que a parte autora sofreu o acidente em 07/12/2014, ou seja, em data posterior à vigência da MP nº 451/2008, que foi convertida na Lei nº 11.945/2009, a partir da qual passou a ser necessária a realização de perícia em casos como o presente para aferição do grau de invalidez e aplicação da tabela percentual ali destacada. A perícia realizada às fls. 24/25, aponta, indubitavelmente, que o dano corporal sofrido pelo(a) demandante resultou invalidez parcial incompleta,



comprometendo apenas parte do seu patrimônio físico e apontou como percentual de perda o valor de 50%. Assim, as provas constantes dos autos determinam que as sequelas decorrentes do acidente não ensejam o pagamento da indenização máxima, uma vez que não se trata de perda anatômica ou funcional completa de um dos membros ou comprometimento de função vital, pois, em conformidade com o laudo, o demandante sofreu debilidade correspondente a 50% do pé direito e, assim, deve ser observada a regra segundo a qual se deve proceder à redução proporcional da indenização conforme a repercussão das lesões. Desta maneira, considerando que a perda anatômica ou funcional completa de um dos pés ensejaria o pagamento de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) - a tabela prevê o percentual de 50% sobre R\$ 13.500,00 -, e, aplicando-se o percentual de debilidade encontrado na perícia (50%), o valor da indenização deve ser de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais). A par disso, deduzindo-se o valor recebido em sede administrativa, qual seja, R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), resta à parte requerente receber apenas o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 487, I, do CPC, resolvo o mérito da demanda para JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial para condenar a Seguradora Ré a pagar à parte autora a importância de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), corrigida monetariamente pela tabela do ENCOGE a partir da data do acidente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação (art. 405 do Código Civil c/c o art. 240 do CPC - Súmula nº 426 do STJ). Com base nos arts. 84, 85, §§ 2º e 6º, e 86, parágrafo único, todos do CPC, condeno exclusivamente a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação, tendo em vista os parâmetros estipulados nos incisos I a IV do § 2º do art. 85 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certifique-se, oportunamente, o trânsito em julgado. Após, archive-se. Em sendo interposto recurso de APELAÇÃO, por não haver mais o juízo de prelibação nesta Instância (art. 1.010 do Código de Processo Civil), sem necessidade de nova conclusão, nos termos do art. 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil, INTIME-SE o(a) apelado(a) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Se apresentada apelação adesiva pela parte recorrida (art. 997 do CPC), INTIME-SE a parte contrária para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, §2º, do CPC. Caso sejam apresentadas contrarrazões, em sendo suscitadas preliminares, INTIME-SE o apelante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.009, § 2º, do Código de Processo Civil, manifeste-se acerca das referidas questões. Após o prazo, com ou sem resposta, ex vi do disposto no § 3º do art. 1.010 do CPC, REMETAM-SE os autos ao E. Tribunal de Justiça de Pernambuco, independentemente do juízo de admissibilidade. Serra Talhada/PE, 4 de julho de 2019. Diógenes Portela Saboia Soares Torres Juiz de Direito 1 Código de Civil Comentado e Legislação Extravagante, 12ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 607. 2 CAVALIERI FILHO, Sergio. "Programa de Responsabilidade Civil". 4. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 153. -----

----- PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE PERNAMBUCO 1ª Vara Cível da
Comarca de Serra Talhada Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva Rua Cabo Joaquim da Mata,
S/N - Tancredo Neves - CEP: 56.909-115 Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586
E-mail: vciv01.serratalhada@tjpe.jus.br Processo nº 0001214-83.2016.8.17.1370 Diógenes Portela S. S.
Torres Juiz de Direito Página 2

24/05/2019 17:48

Conclusos para despacho - Despacho

24/05/2019 17:45

Juntada de Petição - 20190261002987 - Petição (outras) - Petição

10/05/2019 14:36

Remessa Interna Petição Geral: 20190261002987 - Distribuidor/Avaliador/Contador de Serra Talhada

08/05/2019 17:44

Juntada de Petição - 20190261002593 - Petição (outras) - Petição



22/04/2019 16:44

Remessa Interna Petição Geral: 20190261002593 - Distribuidor/Avaliador/Contador de Serra Talhada

30/11/2018 15:05

Juntada de Petição - 20180261007226 - Petição (outras) - Petição

07/11/2018 11:35

Remessa Interna Petição Geral: 20180261007226 - Distribuidor/Avaliador/Contador de Serra Talhada

09/08/2018 10:24

Determinação de citação e intimação de partes e advogados

Processo nº 0001214-83.2016.8.17.1370 DESPACHO INTIMEM-SE as partes, por meio de seus respectivos advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestarem sobre o laudo pericial de fls. 23/25. Em seguida, certifique eventual decurso de prazo em relação à manifestação das partes, e voltem os autos conclusos. Intimações e expedientes necessários. Serra Talhada/PE, 9 de agosto de 2018

Diógenes Portela Saboia Soares Torres Juiz de Direito PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE PERNAMBUCO 1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva Rua Cabo Joaquim da Mata, S/N - Tancredo Neves - CEP: 56.909-115 Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586 E-mail: vciv01.serratalhada@tjpe.jus.br Diógenes Portela S. S. Torres Juiz de Direito Página 1

06/08/2018 17:15

Conclusos para despacho - Despacho

06/08/2018 17:12

Juntada de Petição - 20180261004191 - Petição (outras) - Petição

04/07/2018 10:29

Remessa Interna Réplica da Contestação: 20180261004191 - Distribuidor/Avaliador/Contador de Serra Talhada

21/06/2017 14:53

Juntada de Petição - 20172610004118 - Petição (outras) - Petição

08/06/2017 12:50

Remessa Interna Petição Geral: 20172610004118 - Distribuidor/Avaliador/Contador de Serra Talhada

03/03/2017 12:46

Juntada de Petição - 20172610000054 - Petição (outras) - Petição

04/01/2017 13:01

Remessa Interna Apresentação da Contestação: 20172610000054 - Distribuidor/Avaliador/Contador de Serra Talhada

02/01/2017 11:34

Juntada de Petição - 20162610012414 - Petição (outras) - Petição

15/12/2016 18:03

Remessa Interna Petição Geral: 20162610012414 - Distribuidor/Avaliador/Contador de Serra Talhada

01/12/2016 17:31

Recebidos os autos Advogado do Acionante - Advogado do Acionante

21/11/2016 14:44

Autos entregues em carga ao Advogado do Acionante - Advogado do Acionante



20/10/2016 13:05

Recebidos os autos Administrador - Administrador

08/10/2016 19:34

Remessa Carga - Administrador

04/10/2016 15:26

Exarção de despacho inicial

(Clique para expandir) ... rocesso nº 0001214-83.2016.8.17.1370 DESPACHO > Com base no art. 98 do CPC/2015, defiro a gratuidade da justiça. > A experiência demonstra que em ações desta natureza não há conciliação antes da realização da prova pericial, por esta razão deixo de designar a audiência inaugural de conciliação, conforme determina o art. 334 do CPC/2015. > Assim, dando prosseguimento ao feito, cite-se a parte ré para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos moldes delineados no art. 231 do CPC/2015. > Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 350 e 351, ambos do CPC/2015). > Sendo a parte autora incapaz, dê-se vista ao Ministério Público, pelo prazo de 30 (trinta) dias (art. 178 do CPC/2015). > Em seguida, voltem-me conclusos. > Intimações e expedientes necessários. Serra Talhada (PE), 03/10/2016. Marcus César Sarmiento Gadelha Juiz de Direito

16/08/2016 11:05

Conclusos para despacho - Despacho

24/05/2016 14:15

Determinação de emenda da petição inicial

PODER JUDICIÁRIO Tribunal de Justiça de Pernambuco Comarca de Serra Talhada Primeira Vara Cível da Comarca de Serra Talhada PROCESSO Nº: 0001214-83.2016.8.17.1370 DESPACHO Compulsando os autos, verifico que o patrono do autor não assinou a petição inicial, conforme se observa à fl. 05, assim há irregularidade sanável, motivo pelo qual DETERMINO a intimação da referida para assiná-la, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de seu indeferimento, haja vista ser requisito essencial à propositura da ação. Serra Talhada/PE, 23 de maio de 2016. Marcus César Sarmiento Gadelha Juiz de Direito

05/05/2016 09:23

Conclusos para despacho - Despacho

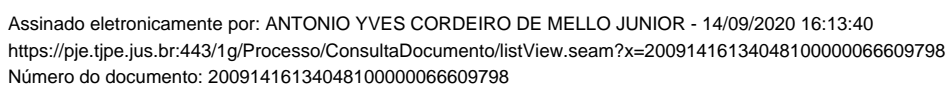
02/05/2016 16:50

Distribuído por sorteio - Primeira Vara Cível Comarca de Serra Talhada

Audiências

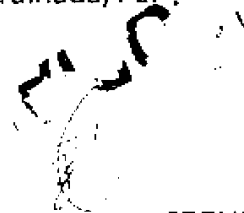
Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.

Tribunal de Justiça de Pernambuco - www.tjpe.jus.br (<http://www.tjpe.jus.br>)

[illegible]

82354410

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada/PE.



Processo n.º 0001214-83.2016.8.17.1370

SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DE SEGURO DPVAT S/A, já qualificada nos autos da ação que lhe move **Aderson Sebastião dos Anjos**, por meio de seus advogados infra-assinados, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, **manifestar-se acerca do Laudo Pericial apresentado**, conforme os motivos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos:

Inclito Julgador,

À luz do contraditório e ampla defesa, corolários do Devido Processo Legal, que permitem a promovida, uma vez devidamente intimada para se manifestar acerca das respostas do Sr. Perito, esclarecer que o laudo pericial tem o fito precípuo de atestar a invalidez permanente e trazer à luz do processo a quantificação em termos percentuais do grau de invalidez do demandante. Com efeito, para que o Estado-Juiz, segundo seu livre convencimento possa arbitrar um quantum indenizatório equânime.

É oportuno destacar que o sinistro ocorreu na vigência da Lei nº 11.945/09 que prevê a utilização da tabela mediante laudo que gradue a debilidade. Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e/ou do grau de invalidez:

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - PERÍCIA REALIZADA NO "MUTIRÃO DPVAT" - VALIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE - PERDA PARCIAL DA CAPACIDADE FUNCIONAL DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA, OBSERVADO O PERCENTUAL DA

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 16:13:40
<https://pje.tje.pe.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798>
Número do documento: 20091416134048100000066609798



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada/PE.

Processo n.º 0001214-83.2016.8.17.1370

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DE SEGURO DPVAT S/A, já qualificada nos autos da ação que lhe move **Aderson Sebastião dos Anjos**, por meio de seus advogados infra-assinados, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, **manifestar-se acerca do Laudo Pericial apresentado**, conforme os motivos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos:

Ínclito Julgador,

À luz do contraditório e ampla defesa, corolários do Devido Processo Legal, que permitem a promovida, uma vez devidamente intimada para se manifestar acerca das respostas do Sr. Perito, esclarecer que o laudo pericial tem o fito precípuo de atestar a invalidez permanente e trazer à luz do processo a quantificação em termos percentuais do grau de invalidez do demandante. Com efeito, para que o Estado-Juiz, segundo seu livre convencimento possa arbitrar um quantum indenizatório equânime.

É oportuno destacar que o sinistro ocorreu na vigência da Lei nº 11.945/09 que prevê a utilização da tabela mediante laudo que gradue a debilidade. Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e/ou do grau de invalidez:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - PERÍCIA REALIZADA NO "MUTIRÃO DPVAT" - VALIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE - PERDA PARCIAL DA CAPACIDADE FUNCIONAL DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA, OBSERVADO O



PERCENTUAL DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE.

A perícia médica realizada no "Mutirão DPVAT" deve ser considerada hábil a instruir o presente feito, eis que imprescindível para formar a convicção do julgador acerca da controvérsia. Tendo o acidente ocorrido em 30.12.2012, incide o art. 3º, da Lei 6.194/1974, com a redação dada pela Lei n. 11.482/2007, que entrou em vigor em 31.05.2007, uma vez que a norma de direito material aplicável é aquela vigente na data do sinistro. Na ocasião do sinistro, já se encontrava em vigor a Lei n. 11.945/09, que prevê, para a hipótese de "perda total do uso de um dos membros superiores", o direito do beneficiário ao recebimento de 70% do capital segurado.

Portanto, verifica-se que a indenização a que faz jus o autor é de R\$2.362,50, ou seja, 25% de 70% (membro lesionado) de R\$13.500,00, ou 17,5% de R\$13.500,00."

A regulação do sinistro, bem como o seu pagamento, deverão estar em conformidade com o art. 3º, § 2º, inc. II, da Lei 6.194/74, uma vez que, no presente caso, trata-se de sinistro de invalidez permanente parcial incompleta, tendo sido realizado o enquadramento funcional e a sua redução proporcional.

Saliente-se ainda o que revela a Súmula 474 do STJ:

" A indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial do beneficiário será paga de forma proporcional ao grau de invalidez"

In casu, a debilidade atestada pelo laudo oficial limita o valor indenizável, conforme abaixo:



DISCRIMINAÇÃO	(%) SOBRE A IMPORTÂNCIA SEGURADA (EXTENSÃO)	GRAU DA DEBILIDADE APURADA
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50% de R\$ 13.500,00 = R\$ 6.750,00	(graduação - 50%) 50% de R\$ 6.750,00= R\$ 3.375,00

Contudo, depreende-se dos autos que já houve pagamento administrativo no valor de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) em razão de lesão apurada no mesmo membro.

ANTE O EXPOSTO, reiterando todos os itens aduzidos na defesa, vem à presença de Vossa Excelência pugnar pela **improcedência do pedido**. Contudo, acaso não seja este o vosso entendimento, o que se admite apenas *ad argumentandum e ad cautelam tantum*, que ao menos se observe os parâmetros legais estabelecidos na tabela, para quantificar o valor da indenização por invalidez permanente, nos termos percentuais da debilidade do autor, deduzindo-se eventual pagamento administrativo.

Por fim, requer a Demandada que as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editalícias doravante expedidas, sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE em nome do patrono PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS, OAB/PE 15.131, sob pena de nulidade.**

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Serra Talhada– PE, 08 de maio de 2019.

BRUNA DE SÁ CASTRO MOREIRA
OAB/PE 45.815



Documento 01

LEI 11.945/09

LEI 11.945/09

ANEXO

(art. 3º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em AMBOS os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



G M

GOVERNADOR

DO

GOIÁS

GOUVEIA MAGALHÃES MOURY FERNANDES

Documento 02

Comprovante de Pagamento Administrativo

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 16:13:40

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798

Número do documento: 20091416134048100000066609798

Número do documento: 20091416134048100000066609798



Documento 03
Substabelecimento

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 16:13:40
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798
Número do documento: 20091416134048100000066609798



20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413

20091413





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS
Rua João Luiz de Melo, nº 2110 – Tancredo Neves – Serra Talhada

Ofício nº.

Serra Talhada/PE, 30 de março de 2017.

A
Dr. Paulo Leite de Farias Filho
Coordenador do Núcleo de Políticas de Acordos

Utilizo-me do presente, para levar as seguintes informações sobre as perícias realizadas pelos médicos no VI Mutirão DPVAT FIS - Serra Talhada, na Semana Nacional da Conciliação, na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão – CCMA FIS, com todos os dados necessários para pagamento dos honorários periciais e posterior expedição do competente Alvará Judicial em favor do perito, vantajos:

VI MUTIRÃO DPVAT FIS – SERRA TALHADA/PE

PERÍODO: 21 a 25 de novembro de 2016.

PROCESSO INDICADO: 0002860-02.2014.8.17.1370

MÉDICO PERITO

Dr. Diego Firmino de Carvalho Diniz Ferraz

CRM/PE nº. 19.690

CPF nº. 060.468.664-13

TOTAL DE PERÍCIAS REALIZADAS: 407 (quatrocentas e sete)

Segue em anexo o relatório e controle das perícias realizadas pelo perito, com a especificação do dia do mutirão, número dos processos, nomes dos periciados e com a devida ciência do médico assistente técnico indicado pela Seguradora Líder.

Sem mais, solicito seus bons préstimos no sentido de que ao ser efetuado o devido depósito, entrar em contato, por telefone, com esta que subscreve.

Aproveito em ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Diógenes Portela Sabaia Soares Torres
Juiz Coordenador





**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PORTARIA Nº 26 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

EMENTA: Constitui Médico Perito para atuar no Mutirão do Seguro Obrigatório - DPVAT, no âmbito das Varas Cíveis das Comarcas de Serra Talhada/PE, Arcoverde/PE, Belém de São Francisco/PE, Betânia/PE, Buíque/PE, Custódia/PE, Flores/PE, Floresta/PE, Inajá/PE, Mirandiba/PE, Petrolândia/PE, Salgueiro/PE, São José do Belmonte/PE, Sertânia/PE, Triunfo/PE, Verdejante/PE e dá outras providências.

O JUIZ MARCUS CÉSAR SARMENTO GADELHA, considerando a necessidade da nomeação de médicos peritos para atuarem no Mutirão DPVAT a ser realizado nesta Comarca de SERRA TALHADA/PE nas datas de 21 a 25 de novembro de 2016, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as atividades e o funcionamento do referido Mutirão, de modo a otimizar os respectivos trabalhos e lhes conferir maior publicidade e transparência;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir como médicos examinadores para atuarem no Mutirão de Audiência do Seguro Obrigatório - DPVAT de SERRA TALHADA na qualidade de técnicos, no período de 23 a 25 de novembro do corrente ano:

**DR. DIEGO FIRMINO DE CARVALHO DINIZ FERRAZ - CRM/PE Nº 19.690 e
DR CAIO PETRUS DA SILVA COSTA DE AQUINO - CRM/PE Nº 17.762**

§ 1º Cada avaliação médica realizada será remunerada pela Seguradora Líder à razão de R\$ 200,00 (duzentos reais), mediante depósito em conta judicial a critério deste Tribunal de Justiça, a ser realizado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após o encerramento dos trabalhos do Mutirão.

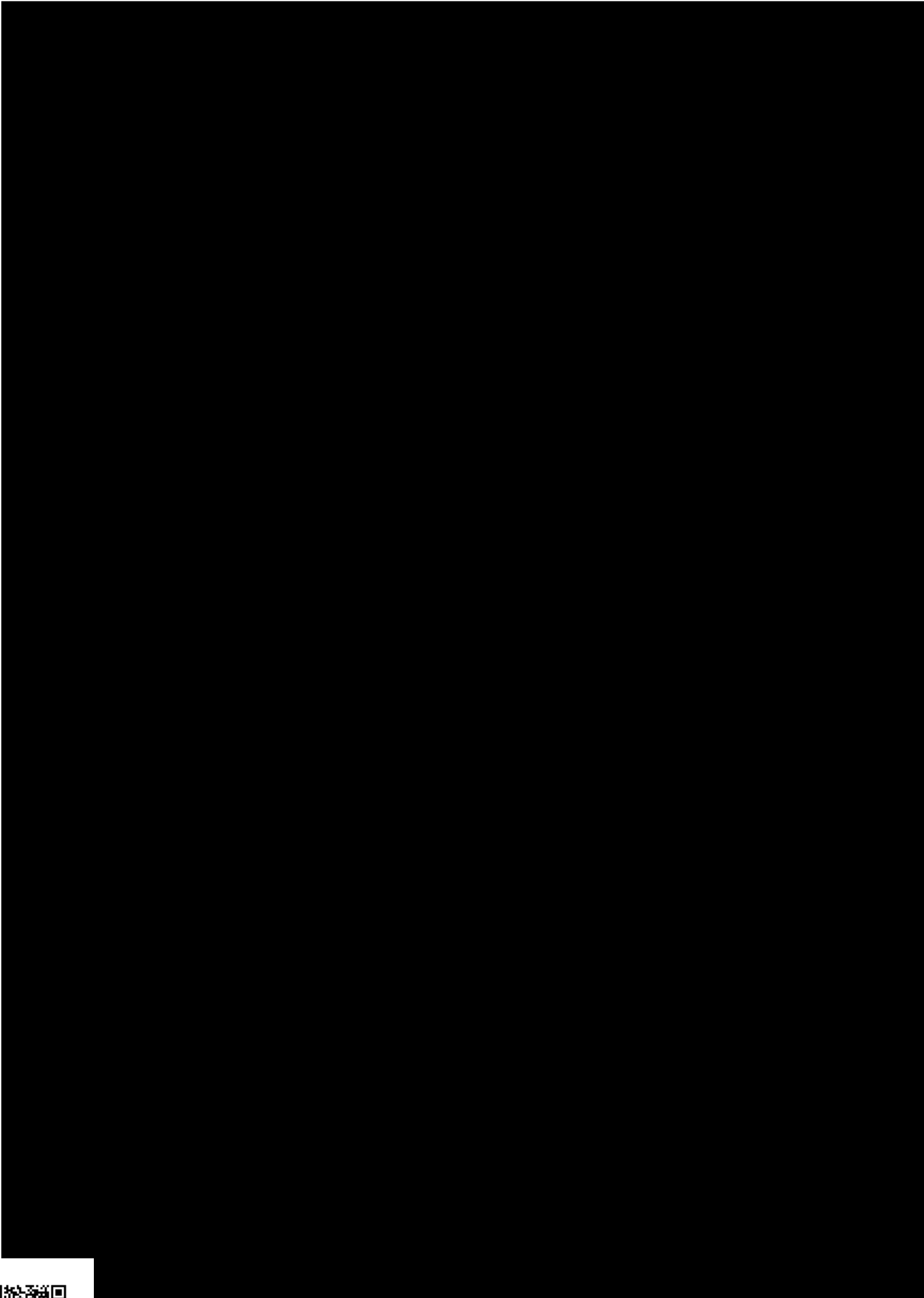
§ 2º Após a conclusão dos trabalhos, a Coordenadoria do Mutirão deverá emitir certidão atestando o número de avaliações médicas realizadas por cada um dos médicos avaliadores.

§ 3º Efetuado o depósito dos honorários pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT S/A, na forma preconizada no § 1º deste artigo, será expedido o correspondente alvará judicial pelo Juiz Coordenador do referido Mutirão de DPVAT, para o levantamento do respectivo crédito para o médico atuante, de acordo com o número de avaliações médicas realizadas.

§ 4º Não havendo acordo entre as partes, a avaliação médica não substituirá a prova técnica porventura já constante dos autos.

Página 1 de 2







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 - Tancredo Neves - Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz - CRM nº. 19.690

43.	Thiago Luis Evangelista Soares	0000851-05.2014.8.17.1520
44.	Maria Lúcia da Silva	0000270-42.2012.8.17.0620
45.	Cícero Alves Feitosa	0000271-76.2010.8.17.1370
46.	Luizildo Inácio Cardoso	0001053-15.2012.8.17.1370
47.	João da Costa Lima	0002007-56.2015.8.17.1370
48.	Antônio José do Nascimento	0000697-48.2016.8.17.1370
49.	Luizildo Lopes do Nascimento	0000654-78.2007.8.17.0620
50.	Maria do Socorro Farias	0000233-88.2015.8.17.1370
51.	Glaucineide Paiva Brasil	0001607-13.2013.8.17.1370
52.	Fernando de Assis de Freitas Carvalho	0000524-88.2015.8.17.1370
53.	João Naldo de Lima	0000944-20.2012.8.17.0620
54.	Ademir Pereira de Souza	0000844-60.2015.8.17.0620
55.	Eugênia Maria da Silva	0000745-76.2012.8.17.1370
56.	Elizete Maria Alves da Silva	0001052-72.2011.8.17.1370
57.	Luiz Carlos de Silva	0000923-20.2015.8.17.1370
58.	Rinaldo Guerra dos Santos	0000899-50.2011.8.17.0620
59.	Antônio Rilton de Souza Silva	0003475-89.2014.8.17.1370
60.	Cláudio Cláudio da Silva	0000843-75.2015.8.17.0620
61.	Maria José Gomes Pereira Souza	0003694-05.2014.8.17.1370
62.	Vanderson Leite da Silva	0000204-04.2016.8.17.1370
63.	Valdir Valdomiro de Souza	0000079-38.2016.8.17.0620
64.	Cilda Filomena da Silva	0000754-52.2015.8.17.0620
65.	Severina de Souza Morais Neres	0000677-43.2015.8.17.0620
66.	Alzair Cláudio de Lima Sá	000090035-2011.8.17.0620
67.	André Eneaz Pereira	0000943-30.2015.8.17.0620
68.	Wesley Emerson Alves da Silva	0003619-63.2014.8.17.1370
69.	Maria Andreia da Silva Vitor Lima	0001650-13.2014.8.17.1370
70.	Rilton de Sá Aquino	0001120-43.2013.8.17.1370
71.	João Alcirio Aquino de Mena	0002109-15.2014.8.17.1370
72.	Elis Cristina da Conceição Sá	0000125-55.2008.8.17.0620
73.	Daniela Valdomiro do Nascimento	0001656-83.2015.8.17.1370
74.	Jonath Bezerra Nunes	0002010-11.2015.8.17.1370
75.	Francisco Paulo da Silva Ferreira	0000325-54.2016.8.17.0620
76.	Cláudio Maria do Nascimento	0001051-87.2011.8.17.1370
77.	João Souza Macedo	0002097-64.2015.8.17.1370
78.	Maria Cibélia da Silva	0000338-21.2014.8.17.0620
79.	João Ferreira Leite	0002585-58.2011.8.17.1370
80.	João da Silva	0004203-67.2013.8.17.1370
81.	Maria Edileide da Silva Melo	000032-06.2015.8.17.1370
82.	João Leão da Cunha	0004202-82.2013.8.17.1370
83.	Adelândia Maria dos Santos	0000394-20.2015.8.17.0620
84.		

- Joaze Vitorina da Silva - TOTAL = 83 PERÍCIAS





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

DIA: 22/11/2016

1.	Marta Maria da Silva	0000633-20.2016.8.17.0610
2.	Maria Roselânia da Silva Santos	0000554-41.2016.8.17.0610
3.	ERIALDO CAMPOS DE MELO	0000054-46.2016.8.17.1330
4.	GILMAN DA SILVA	0000900-68.2013.8.17.1330
5.	LEOVÂNIO CÍCERO DA SILVA LOPES	0000861-71.2013.8.17.1330
6.	MARIA EDUARDA DE SOUZA SILVA	0000583-65.2016.8.17.1330
7.	SENILTON DE LIMA	0000429-73.2016.8.17.0610
8.	LAÉNCIO RAIMUNDO DA SILVA	0000105-97.2013.8.17.1330
9.	EDNA BARBOZA DE LIMA	0000898-98.2013.8.17.1330
10.	AMAURO DE ARAÚJO CAVALCANTI	0000397-42.2016.8.17.1330
11.	JACKSON DE OLIVEIRA FERREIRA	0000901-53.2013.8.17.1330
12.	LEANDRO DANTAS LEAL	0001253-56.2014.8.17.0560
13.	MANOEL ROMÃO DE OLIVEIRA NETO	0000255-72.2015.8.17.1330
14.	JOSÉ DUANDENSON DA SILVA AMARAL	0000394-87.2016.8.17.1330
15.	FRANCISMAR BARBOZA DE LIMA	0000254-87.2015.8.17.1330
16.	ALESSANDRA DOS SANTOS	0000589-72.2016.8.17.1330
17.	VALDECI RAIMUNDO DE SOUZA	0001124-75.2016.8.17.1330
18.	ADELMO PEDRO DA SILVA	0002287-27.2015.8.17.1370
19.	JOSÉ LUIZ SALES FURTADO	0001206-28.2014.8.17.1330
20.	ANTÔNIO DE FREITAS CANDIDO	0001032-57.2015.8.17.1330
21.	FRANCISCO JOSÉ DO CARMO	0000580-13.2016.8.17.1330
22.	LUIZ GONZAGA DE CARVALHO	0000873-85.2013.8.17.1330
23.	JOSUEL BEZERRA DA SILVA	0001031-72.2015.8.17.1330
24.	LUIZ MARIANO DE RESENDE	0000097-33.2014.8.17.0560
25.	LUIZA ANTONIA DA CONCEIÇÃO	0000398-27.2016.8.17.1330





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

26.	FELIPE CAMARGO DOS SANTOS	0000052-76.2016.8.17.1330
27.	PEDRINA LUIZA OLIVEIRA DE LIMA	0001030-87.2015.8.17.1330
28.	ENIVALDO HENRIQUE DA SILVA	0000399-12.2016.8.17.1330
29.	ELBERLAN ALVES CAVALCANTE DA SILVA	0003963-78.2013.8.17.1370
30.	GILBERLANDIO JOSÉ DA SILVA	0002383-76.2014.8.17.1370
31.	ANTONIO MIGUEL JULIO DA SILVA	0000401-79.2016.8.17.1330
32.	VANDERLEY FLORENTINO DA SILVA	0000053-61.2016.8.17.1330
33.	FRANCISCO PEREIRA LIMA FILHO	0000590-57.2016.8.17.1330
34.	JAMITON DE SA SILVA	0000869-48.2013.8.17.1330
35.	EVERTON PEREIRA DE SOUZA	0000393-05.2016.8.17.1330
36.	JOSÉ NETO PEDRO DA SILVA	0000391-35.2016.8.17.1330
37.	ANA CLÉDIA FERREIRA DE SOUZA	0000395-72.2016.8.17.1330
38.	RITA MARIA DA CONCEIÇÃO SA	0000396-57.2016.8.17.1330
39.	MARIA APARECIDA DA SILVA TAVARES	0000581-95.2016.8.17.1330
40.	JOABE LIRA DA SILVA	0001278-69.2014.8.17.0560
41.	TACIANA MIRELLY DE MELO SILVA	0000881-10.2014.8.17.0560
42.	LOUNIVAL DE SOUZA RAMALHO	0000056-16.2016.8.17.1330
43.	INÁCIO JERÔNIMO DE OLIVEIRA	0000192-63.2014.8.17.0560
44.	CAMILA ALVES DA SILVA	0000055-31.2016.8.17.1330
45.	ANDERSON FRANKLIN OLIVEIRA ROZENDO	0001107-67.2013.8.17.1330
46.	JOÃO MATIAS PINHEIRO NETO	0000584-50.2016.8.17.1330
47.	CARLOS ALBERTO MARTE DOS SANTOS	0002323-61.2013.8.17.1370
48.	MANOEL PINHEIRO DA SILVA	0000716-21.2015.8.17.1370
49.	RICARDO AVELINO DOS SANTOS	0001098-53.2014.8.17.0560
50.	SEBASTIÃO ALAN FRANCISCO DA CRUZ	0000253-44.2016.8.17.0950





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS
Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

51.	FABIANO NOGUEIRA BARROS	0003791-73.2012.8.17.1370
52.	ADAILTON NOGUEIRA DA SILVA	0000025-12.2012.8.17.1370
53.	EDILTON ALVES DE QUEIROZ	0000620-55.2015.8.17.0610
54.	ALBERTO SÁO ANAÍZO DE BRITO JUNIOR	0000051-91.2016.8.17.1330
55.	ALMEIDA DA SILVA SOARES	0000113-60.2016.8.17.0610
56.	JOÃO ALVES DE ALMEIDA	0000098-18.2014.8.17.0560
57.	JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA	0000254-29.2016.8.17.0950
58.	JOSÉ MARCELO RODRIGUES	0000110-08.2016.8.17.0610
59.	JOELMA RODRIGUES DE CARVALHO	0000112-75.2016.8.17.0610
60.	MARCOS FELYPE ANAÍZO DA FONSECA	0000111-90.2016.8.17.0610
61.	POSSIMÁRIO DE QUEIROZ OLIVEIRA	0000114-45.2016.8.17.0610
62.	JOSÉ PACÍFICO FILHO	0000257-81.2018.8.17.0950
63.	LUCINDA MARCULINA DA SILVA	0000250-89.2016.8.17.0950
64.	JOSÉ OMILDO DE LIMA	0001651-95.2014.8.17.1370
65.	DIDALVA MENDES BORGES	0000184-62.2016.8.17.0610
66.	JOSEILTON FERREIRA GOMES	0000255-14.2016.8.17.0950
67.	CÍCERO AMANIAS DA SILVA	000259-51.2016.8.17.0950
68.	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	0000256-96.2016.8.17.0950
69.	JÚLIO FRANCISCO DA SILVA NETO	0000251-74.2016.8.17.0950
70.	ARNALDO ANTONIO DA SILVA	0000100-85.2016.8.17.0560
71.	FLÁVIO NUNES DA SILVA	0000099-03.2014.8.17.0560
72.	GILMAR JOSÉ DE REZENDE	0000784-10.2014.8.17.0560
73.	MÁRCIA DANÚBIA GÓIS DE REZENDE	0000049-40.2015.8.17.0560
74.	GILSON CARLOS BASÍLIO DA SILVA	0000188-26.2014.8.17.0560
75.	GERMÃO ADEMIR DE SOUZA LIMA	0000844-80.2014.8.17.0560





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

76.	ANDRÉ CORDEIRO DA SILVA	0000189-11.2014.8.17.0560
77.	JOSÉ SOUZA DE SIQUEIRA	0000299-44.2013.8.17.0560
78.	SEVERINO ALVES TENÓRIO	0000495-77.2014.8.17.0560
79.	FERNANDO ALVES DA SILVA	0000095-63.2014.8.17.0560
80.	THULIO ROBSON GUANZENSTA MOURA	0001205-97.2014.8.17.0560
81.	AMABERÁLIO PEREIRA BRUZ	0000494-92.2014.8.17.0560
82.	JAMILSON TAMAHO DE SOUSA	0000826-54.2014.8.17.1370
83.	DANILO PEREIRA DA SILVA	0000188-56.2014.8.17.0560
84.	EUGÊNIO RODRIGUES LOPES	0001097-68.2014.8.17.0560
85.	ANA CRISTINA BARBOSA DA SILVA	0000564-43.2015.8.17.1370
86.	PATRICIA RODRIGUES DA SILVA	0000368-59.2016.8.17.1370
87.	DANILO JOSÉ ELIZINALDO BEZERRA DE SOUZA	0000902-18.2014.8.17.1390
88.	CARLOS LEANDRO DE LIMA	0000061-54.2015.8.17.0560
89.	EDSON GABRIEL MORAIRA ALVES	0000882-92.2014.8.17.0560
90.	CICERO FRANCISCO VIRGÍNIO SEVERO	0001252-71.2014.8.17.0560
91.	MARCIANO FERREIRA DA SILVA	0000113-50.2015.8.17.0560
92.	JOSINALDO FERREIRA LIMA	0000190-93.2014.8.17.0560
93.	LUIZ BARBOSA DE SIQUEIRA	0000991-75.2013.8.17.1390
94.	CICERO FRANCISCO VIRGÍNIO SEVERO	0001534
95.	ANDRÉ CORDEIRO DA SILVA	0000189-11.2014.8.17.0560
96.	JOSINALDO FERREIRA LIMA	0000190-93.2014.8.17.0560
97.	GENELI PINHEIRO DA SILVA	0000785-92.2014.8.17.0560
98.	WILLIAN KARLOS JESUS DE CARVALHO	0000947-24.2013.8.17.0560
99.	GERALDO ALVES DE OLIVEIRA	0001275-17.2014.8.17.0560
100.	FERNANDO ALVES DA SILVA	0000095-63.2014.8.17.0560





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

101.	ELINALDO JOSÉ CORDEIRO	0000048-55.2015.8.17.0560
102.	JOSÉ FERREIRA SOBRINHO	0003753-61.2012.8.17.1370
103.	JOSENILO CARVALHO	0001254-41.2014.8.17.0560
104.	WILLIAN RODRIGUES DA SILVA	0000185-71.2014.8.17.0560
105.	VILMA FRANCISCA DE GÓIS	0000060-69.2015.8.17.0560
106.	ELINALDO JOSÉ CORDEIRO	0000048-55.2015.8.17.0560
107.	JOSÉ MARCOS FERREIRA DOS SANTOS	0001096-83.2014.8.17.0560
108.	MARIA APARECIDA DE GÓIS S. XAVIER	0001277-84.2014.8.17.0560
109.	AYLA NUNES CALADO	0000191-78.2014.8.17.0560
110.	ADRIANO DE SOUZA BATISTA	0001216-02.2014.8.17.0560
111.	RICARDO DA SILVA DO AMARAL	0000184-41.2014.8.17.0560
112.	ENIK MANDEL REZENDE DA SILVA	0000016-50.2015.8.17.0560
113.	GILMAN SOARES DA SILVA	0000307-21.2013.8.17.0560
114.	MANDEL FRANCISCO ALVES	0000445-75.2016.8.17.1370
115.	ROSINALVA PEREIRA DOS SANTOS SILVA	0000169-44.2016.8.17.1370
116.	JULIANA MARIA DE ALMEIDA	0001130-82.2016.8.17.1370
117.	ANGÉLICA LÚCIA SILVA FERRAZ	0000433-61.2016.8.17.1370
118.	CARLOS EDUARDO MORENO DE SOUZA	0002286-42.2015.8.17.1370
119.	ANTÔNIO SILVESTRE DE SOUZA	0000160-82.2016.8.17.1370
120.	JOÃO PAULO PEREIRA DE SOUZA	0002555-52.2013.8.17.1370
121.	NADILSON PEREIRA DA SILVA	0000205-28.2015.8.17.0560
122.	CRISTINA DE SOUZA SANTOS	0002824-46.2013.8.17.1370
123.	APARECIDO DAVID DA SILVA FILHO	0003197-80.2012.8.17.1370
124.	MICHELLE LÁZIO ROSALINA DA KORA	0000448-30.2016.8.17.1370
125.	SEVERINO DO RAMO DE ARAÚJO	0002288-12.2015.8.17.1370
126.	ALCIDES ROFINO DE MOURA	0000713-32.2016.8.17.1370





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

127.	JOSIVANIO SANTOS DE SENA	0001107-38.2016.8.17.1370
128.	LEANDRO ALVES DOS SANTOS	0001218-23.2016.8.17.1370
129.	JOÃO BATISTA PEREIRA FILHO	000377-89.2012.8.17.1370
130.	EDIVALDO DOS SANTOS	0002970-64.2015.8.17.1370
131.	JOSLEY ALISSON PEREIRA CAMPOS	0003808-12.2012.8.17.1370
132.	ROBSON RODRIGUES DA SILVA	0002980-09.2013.8.17.1370
133.	CILENE MARIA DA SILVA LIMA	0001228-04.2015.8.17.1370
134.	JENIFFER IASHYN DA S. OLIVEIRA	0003703-35.2012.8.17.1370
135.	GUSTAVO DE OLIVEIRA BRASIL	0000443-08.2016.8.17.1370
136.	FELIPE EDMILSON LIMA	0000432-76.2016.8.17.1370
137.	JOSÉ PEREIRA LIMA	0001093-55.2016.8.17.1370
138.	MARILEIDE ALVES BEZERRA	0003759-46.2012.8.17.1370
139.	ALEX DE SOUZA SILVA	0000151-23.2016.8.17.1370
140.	JOÃO BATISTA DA SILVA	0002957-65.2015.8.17.1370
141.	MARIA SUELI DA SILVA	0002280-35.2015.8.17.1370
142.	CÍCERO FREIRE DO AMARAL	0002385-46.2014.8.17.1370
143.	CÍCERO DAMIÃO DOS SANTOS SILVA	0000152-08.2016.8.17.1370
144.	MARIA MADALENA MARQUES DOS SANTOS	0000458-26.2016.8.17.0610
145.	LUIS CARLOS DA COSTA FERREIRA	0000712-47.2016.8.17.1370
146.	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	0003795-13.2012.8.17.1370
147.	ARNALDO FREIRE DO AMARAL	0000444-90.2016.8.17.1370
148.	JOSÉ OSVALDO DA SILVA	0000148-68.2016.8.17.1370
149.	ALISSON VENTURA DE LACENDA	0000150-38.2016.8.17.1370
150.	JOSÉ KELIO SÁ DE LIMA	0000447-45.2016.8.17.1370
151.	MARINALVA RIVANT DE LIMA	0000441-38.2016.8.17.1370
152.	ANTÔNIO GOMES DA SILVA	0002576-57.2015.8.17.1370
153.	JACKELINE MENDES DE LUCENA	0000165-07.2016.8.17.1370





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

154.	NAYARA JOYCE NUNES DE LIMA	0000158-15.2016.8.17.1370
155.	IGOR GOMES TIBURTINO DAS CHAGAS	0000440-53.2016.8.17.1370
156.	VANESSA DOS SANTOS LIMA	0000107-53.2016.8.17.1370
157.	GASPAR GALDINO RAMOS	0000153-90.2016.8.17.1370
158.	JOÃO RAYMUNDO DE LIMA	0002572-20.2015.8.17.1370
159.	DIONALDO FRANCISCO DA SILVA	01231-56.2015.8.17.1370
160.	JOHSON ERIC DA SILVA NASCIMENTO	0711-62.2016.8.17.1370
161.	GILVANEIDE RITA DA SILVA	01230-71.2015.8.17.1370
162.	JOSÉ SANTANA DA SILVA FILHO	0154-75.2016.8.17.1370
163.	POLLYANDERSON CLEYTON PEREIRA DOS SANTOS	0437-98.2016.8.17.1370
164.	ELAINE ALVES DE MEDEIROS GOMES	0156-45.2016.8.17.1370
165.	DOMINGOS SÍLIO SERAFIM	01104-84.2016.8.17.1370
166.	JOSÉ HUGO BEZERRA LACERDA	0147-83.2016.8.17.1370
167.	RENATA KELLY SOARES DE CALDAS	01102-17.2016.8.17.1370
168.	HILDO FREIRE SOBRINHO	02566-13.2015.8.17.1370
169.	SEBASTIÃO RODRIGUES DOMINGOS FILHO	0439-68.2016.8.17.1370
170.	FÁBIO PEREIRA MOREATO	1109-09.2016.8.17.1370
171.	FÁBIO PEREIRA MOREATO	1103-02.2016.8.17.1370
172.	ADRIAN SEBASTIÃO DOS SANTOS ^{ANZOS}	1214-83.2015.8.17.1370
173.	FRANCIVALDO DOS SANTOS PEREIRA	155-60.2016.8.17.1370
174.	CICERO PEREIRA DE SOUZA	161-61.2016.8.17.1370
175.	MARCIO JOSÉ DE SOUZA SILVA	2563-58.2015.8.17.1370
176.	MARCOS ANDRÉ VASQUEZ DE AZEVEDO	2278-65.2015.8.17.1370
177.	AILTON JACÍO DOS SANTOS	0000435-31.2016.8.17.1370
178.	MARLANGE DA COSTA	0000164-22.2016.8.17.1370
179.	JOSIVALDO ASSUNÇÃO DA SILVA	0000438-83.2016.8.17.1370
180.	VINÍCIUS TARGINO DA SILVA	0000146-78.2016.8.17.1370





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 - Tancredo Neves - Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

181.	EVERTON DIEGO DA SILVA LIMA LACENDA	0001106-54.2016.8.17.1370
182.	MARIA DAS NEVES DA SILVA	0002571-35.2015.8.17.1370
183.	RIVALDO JOSÉ DA SILVA	0002573-05.2015.8.17.1370
184.	CICENA ELIVÂNIA ALVES DA SILVA	0002961-05.2015.8.17.1370
185.	ILTON DA SILVA NASCIMENTO	0000442-23.2016.8.17.1370
186.	CARLOS WILLIAN ROSA DE SA	0000431-91.2016.8.17.1370
187.	GENICLERSON DA SILVA FERREIRA	0000434-46.2016.8.17.1370
188.	VANICLECIO DO NASCIMENTO ANGELO	0002570-50.2015.8.17.1370
189.	WELLINGTON RAFAEL ARAÚJO DOS SANTOS	0001094-40.2016.8.17.1370
190.	GENIVALDO DOS SANTOS SILVA	0001134-22.2016.8.17.1370
191.	MUNILIO GUIMARÃES BARRIOS	0001131-67.2016.8.17.1370
192.	CAIQUE BRUNO MESQUITA DA SILVA	0001108-24.2016.8.17.1370
193.	JOÃO GONÇALVES	0001112-61.2016.8.17.1370
194.	GERALDO DE SOUZA RAMOS JÚNIOR	0001132-52.2016.8.17.1370
195.	ROBÉRIO NUNES DE BRITO	0001100-47.2016.8.17.1370
196.	JOSÉ ROBERTO DE SOUZA LIMA	0001117-83.2016.8.17.1370
197.	NERIVÂNIO DA SILVA SANTOS	0001123-90.2016.8.17.1370
198.	LINDALVA GOMES PEREIRA	0001097-92.2016.8.17.1370
199.	MARINÉS MARIA DE OLIVEIRA	0001133-37.2016.8.17.1370
200.	IVONILZA DOS SANTOS	0001114-31.2016.8.17.1370
201.	ADRIANA GOMES DA SILVA DANTAS	0000446-60.2016.8.17.1370
202.	ONÉLIA FREIRE DA SILVA	0000163-37.2016.8.17.1370
203.	MANOEL BRUNO BEZERRA DA SILVA	0001113-46.2016.8.17.1370
204.	LUIS CARLOS FERREIRA DE LIMA	0001111-76.2016.8.17.1370
205.	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE LIMA	0001098-77.2016.8.17.1370
206.	THIAGO NUNES DINIZ	0001127-30.2016.8.17.1370
207.	NILDO LOPES DE SOUSA	0003647-65.2013.8.17.1370





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2

CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

208.	JOSÉ CELSON DA SILVA	0000585-35.2016.8.17.1330
209.	MANOEL SINA LUNGUINHO PEREIRA	0000252-20.2015.8.17.1330
210.	JORGE DA SILVA FEIX DE ALMEIDA	0000400-94.2016.8.17.1330
211.	MARIA JOMILENE MACHES DA SILVA	0000252-59.2016.8.17.0950
212.	MARIA JOSÉ ALVES PEREIRA	0001234-11.2015.8.17.1330
213.	LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO	0002919-24.2013.8.17.1330
214.	TOTAL = 211 PERÍCIAS	
215.		
216.		
217.		
218.		
219.		
220.		
221.		
222.		
223.		
224.		
225.		
226.		
227.		
228.		
229.		
230.		
231.		
232.		
233.		
234.		





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2
CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

DIA: 23/11/2016

1.	LOYENNE DA SILVA ROCHA	15-65.2015.8.17.0560
2.	CICERO SILVA PEREIRA	3003-82.2016.8.17.1220
3.	WEVERTON FERREIRA e SILVA	2008-07.2016.8.17.1220
4.	CICERO JOAQUIM XAVIER	3000-30.2016.8.17.1220
5.	CARLOS OLIVEIRA SAMPAIO	3002-97.2016.8.17.1220
6.	EDILSON MARIANO DE OLIVEIRA	3192-95.2016.8.17.1220
7.	ELIZABETE ALVES DE LIMA	3233-62.2016.8.17.1220
8.	ROBERAQUE SANDRO DA SILVA	881-83.2016.8.17.0610
9.	ANTONIO WELLINGTON DE SOUZA	3060-38.2016.8.17.1370
10.	MARIO FERNANDO PEREIRA DE SOUZA	3204-12.2016.8.17.1370
11.	ANA CLÁUDIA DE SOUZA ALVES	3250-98.2016.8.17.1370
12.	JOSIEL CANDIDO BATISTA	3172-07.2016.8.17.1370
13.	JACKSON BRUNO PEREIRA DE OLIVEIRA	748-27.2016.8.17.1520
14.	CLITON CARLOS DOS SANTOS	882-68.2016.8.17.0610
15.	CICERA EVELINE DO NASCIMENTO SILVA	3247-46.2016.8.17.1370
16.	ALGACY NUNES DE LIMA	1147-44.2016.8.17.1330
17.	MARISTELA CRISTINA DA SILVA	3229-25.2016.8.17.1370
18.	KATHELLIAN KATH RAMALHO CUNHA NUNES	3082-96.2016.8.17.1370
19.	JONAS BENJAMIN DE LIMA TERTO	3241-33.2016.8.17.1370
20.	JOSÉ NILDO GOMES DE SA	746-57.2016.8.17.1520
21.	LUÍZ RUFINO DA SILVA	62-83.2015.8.17.0610
22.	CICERO VIEIRA DA SILVA	880-98.2016.8.17.0610
23.	ALESSANDRO ALVES DE SOUZA	2999-45.2016.8.17.1220
24.	EDIVALDO MARTINS DE LIMA	3110-64.2016.8.17.1370
25.	MARCOS ANTONIO LIMA SILVA	3121-93.2016.8.17.1370





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2
CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

26.	ZILSEIDE GOMES DO NASCIMENTO ALVES	1365-72.2016.8.17.0360
27.	LUCIANO DE SOUZA SILVA	806-18.2016.8.17.0360
28.	ROSEANE BEZERRA DA SILVA	816-62.2016.8.17.0360
29.	PEDRO HENRIQUE BEZERRA RAMOS BARBOSA	807-03.2016.8.17.0360
30.	EDNALDO ARCOVERDE DA SILVA	2085-39.2016.8.17.0360
31.	ALBERTO BARBOSA DOS SANTOS	814-92.2016.8.17.0360
32.	MAURÍCIO NOGUEIRA PAZ	815-77.2016.8.17.0360
33.	MARIA JOSÉ FERREIRA POLICARPO	2083-69.2016.8.17.0360
34.	DANIEL ALVES DA SILVA	2087-09.2016.8.17.0360
35.	OSÉAS BEZERRA CAVALCANTE	2084-54.2016.8.17.0360
36.	LUCICLEIDE FRANÇA DE ARAÚJO DELGADO	812-25.2016.8.17.0360
37.	JANAINA BEZERRA AVELINO	818-32.2016.8.17.0360
38.	LUÍZ FRAZÃO SIQUEIRA	1364-87.2016.8.17.0360
39.	JOSÉ BARROS DA SILVA	1366-57.2016.8.17.0360
40.	JOSÉ APARECIDO FERREIRA DA SILVA	2086-24.2016.8.17.0360
41.	SANDROVAL BEZERRA DOS SANTOS	913-62.2016.8.17.0360
42.	JOSELITO GOMES DA SILVA	813-10.2016.8.17.0360
43.	RENATO FRANÇA DE ARAÚJO DELGADO	805-33.2016.8.17.0360
44.	JORGE SILVESTRE DA SILVA	808-85.2016.8.17.0360
45.	QUÍVIA SANTOS FERREIRA DE LIMA	1359-65.2016.8.17.0360
46.	JOSÉ LOURENÇO DA SILVA FILHO	817-47.2016.8.17.0360
47.	MARIA EGILDA DA SILVA BESENOLA	811-40.2016.8.17.0360
48.	CÍCERO JOSÉ DE MELO	3068-15.2016.8.17.1370
49.	JOÃO ALVES DE SOUZA	3143-54.2016.8.17.1370
50.	ARISTON BEZERRA DA SILVA	3134-92.2016.8.17.1370





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2
CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

51.	VALDECI PEDRO DA SILVA	3108-94.2016.8.17.1370
52.	PAULO ANTONIO ALVES	3164-30.2016.8.17.1370
53.	JOSEFA MARIA DE OLIVEIRA SA	3114-04.2016.8.17.1370
54.	ANTONIO GOMES DA SILVA	3135-77.2016.8.17.1370
55.	JANE CLAUDIO TORRES DE SA	3148-76.2016.8.17.1370
56.	FRANCISCO KELVY PEREIRA DE SA	3125-33.2016.8.17.1370
57.	ANA SELIA SILVA DE MOURANDA	3253-53.2016.8.17.1370
58.	PAULO ANTONIO ALVES	3164-30.2016.8.17.1370
59.	ADEMIR BERNARDO DE SOUZA	3237-02.2016.8.17.1370
60.	KATIA KALLINE DE MELO MARQUES	3230-10.2016.8.17.1370
61.	PAULO ROBERTO DE MORAIS	3197-20.2016.8.17.1370
62.	CICERO TEOBALDO ADRIANO DE ARAUJO	3234-47.2016.8.17.1370
63.	FRANCINALDA FERREIRA BEZERRA	3146-09.2016.8.17.1370
64.	ANTONIO EXPEDITO DA SILVA	3059-53.2016.8.17.1370
65.	PATRICIA CRISTINA DE LIMA	1321-30.2016.8.17.1370
66.	CICERA ANA DOS SANTOS	3193-80.2016.8.17.1370
67.	LENILDO LUIS MATIAS	3338-39.2016.8.17.1370
68.	JORGE RICARDO PEREIRA GOMES	3102-87.2016.8.17.1370
69.	IVO SEVERINO DE FRANCA	3173-89.2016.8.17.1370
70.	OZENIRA GOMES DE OLIVEIRA	3072-52.2016.8.17.1370
71.	JOÃO BATISTA LOPES DOS SANTOS	3126-18.2016.8.17.1370
72.	GERILANIA PEREIRA DE MAGALHÃES	3084-66.2016.8.17.1370
73.	DAMIÃO ALVES DOS PRAZERES	3133-10.2016.8.17.1370
74.	JOSÉ LIMEIRA DA SILVA	3179-96.2016.8.17.1370
75.	ALEX KAIQ PEREIRA FEITOSA	3239-69.2016.8.17.1370





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2
CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

76.	MARIA LURELLE SOARES DE MELO	2086-36.2016.8.17.1370
77.	CICERO JOÃO DA SILVA	3187-73.2016.8.17.1370
78.	FRANCISCA UMBELINA DA SILVA	3131-49.2016.8.17.1370
79.	RAIMUNDO JOSÉ PEREIRA	3091-58.2016.8.17.1370
80.	MARIA ILDADI NUNES DE MOURA	3071-67.2016.8.17.1370
81.	CARLOS VINÍCIO MOURATO LACENHA	3124-48.2016.8.17.1370
82.	JOÃO PAULO DOS SANTOS MARINHO	3120-11.2016.8.17.1370
83.	EDUARDO FRANCISCO FILHO	3170-37.2016.8.17.1370
84.	GILDETE MOURA DE LIMA	3257-90.2016.8.17.1370
85.	GENÍDO CAVALCANTE COSTA	3115-86.2016.8.17.1370
86.	JESUS NOGUEIRA RAMOS	3178-14.2016.8.17.1370
87.	PEDRO ELENILDO DO NASCIMENTO	3199-87.2016.8.17.1370
88.	ALDECI GOMES BATISTA	3255-23.2016.8.17.1370
89.	RONALDO MACHES DA COSTA	3202-42.2016.8.17.1370
90.	THOMAS CLAUDIO FERRAZ	3191-13.2016.8.17.1370
91.	GEOMARTE VIEIRA ALVES	3141-84.2016.8.17.1370
92.	FRANCISCO DE SOUZA MELO NETO	3107-12.2016.8.17.1370
93.	ANIEDSON MORAES DE SOUZA	3137-47.2016.8.17.1370
94.	JOÃO BATISTA FERREIRA DE SOUZA	3195-50.2016.8.17.1370
95.	NIVALDO ALEXO DA COSTA	3136-62.2016.8.17.1370
96.	EDMILSON MENTRIQUE DE ALMEIDA	3094-13.2016.8.17.1370
97.	ELIAS JOSÉ DA SILVA	3228-40.2016.8.17.1370
98.	CARLOS VIEIRA DOS SANTOS	3090-43.2016.8.17.1370
99.	JOSÉ IVANILDO BANBOZA DOS SANTOS	3174-74.2016.8.17.1370
100.	LUCIANO ALVES BEZERRA	3340-09.2016.8.17.1370





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão - FIS

Rua João Luiz de Melo, nº. 2.110 – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE

MUTIRÃO DPVAT 2016.2
CONTROLE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS

MÉDICO: Diego Firmino D. C. Ferraz – CRM nº. 19.690

101.	ALDO MALAQUIAS DO NASCIMENTO	3040-82.2016.8.17.1370
102.	FERNANDEZ DE SOUSA ALVES	3081-14.2016.8.17.1370
103.	EVÂNIO RIBEIRO DE MEDEIROS	3124-03.2016.8.17.1370
104.	VALTEN DO NASCIMENTO BARBOSA	3103-72.2016.8.17.1370
105.	MARIA EVÂNIA DA SILVA	3190-28.2016.8.17.1370
106.	ELAS MARIA DA SILVA LIMA	3245-76.2016.8.17.1370
107.	ELAS MARIS DA SILVA LIMA	3235-32.2016.8.17.1370
108.	MICHAEL VITOR LINSIRA DE ARAUJO	3248-31.2016.8.17.1370
109.	JOÃO BATISTA DA SILVA	2954-65.2015.8.17.1370
110.	CRISTIANE DE SOUZA SILVA	3331-47.2016.8.17.1370
111.	ADELSON MORAES DE SOUZA	3287-28.2016.8.17.1370
112.	JOSÉ PAULO HENRIQUE DE SOUZA LEITE	3326-25.2016.8.17.1370
113.	MICHEL SANTOS DA CUNHA	3341-91.2016.8.17.1370
114.	<u>TOTAL = 113 PERÍCIAS</u>	
115.		
116.		
117.		
118.		
119.		
120.		
121.		
122.		
123.		
124.		
125.		
126.		
127.		



RECIBO DO SACADO

CAIXA		104-0	10490.02916 12948.704684 17050.045438 8 00000008140000	
Cedente / Beneficiário TJ PERNAMBUCO			CPF/CNPJ do Cedente / Beneficiário 11.431.327/0001-34	Agência / Código do Cedente 1294 / 129487000000291-1
Nº do documento 040091400091705117	Nosso Número 804681705004543-0	Vencimento	Valor do Documento 81.400,00	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): VARA: 02A VARA CIVEL PROCESSO: 00028600220148171370 Nº GUIA: 1 JURISDICIONADOS: CICERO LUIZ MADEIRO / Seguradora Lider dos ConsOrcios do Segur CONTA: 0914 040 01507556 - 5 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040091400091705117 OBS:			(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado	
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR			CPF/CNPJ: UF: CEP:	
Sacador/Avalista:			CPF/CNPJ:	

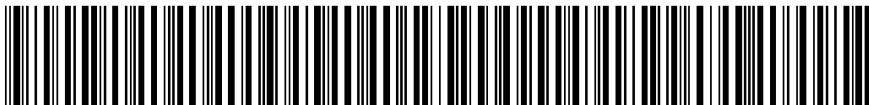
SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

CAIXA		104-0	10490.02916 12948.704684 17050.045438 8 00000008140000	
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento
Cedente / Beneficiário TJ PERNAMBUCO			CPF/CNPJ do Cedente / Beneficiário 11.431.327/0001-34	Agência / Código do Cedente 1294 / 129487000000291-1
Data do documento 11/05/2017	Nº do documento 040091400091705117	Espécie de docto. DJ	Acerte S	Data do processamento 11/05/2017
Uso do Banco	Carteira SR	Moeda R\$	Quantidade	Nosso Número 804681705004543-0
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): VARA: 02A VARA CIVEL PROCESSO: 00028600220148171370 Nº GUIA: 1 JURISDICIONADOS: CICERO LUIZ MADEIRO / Seguradora Lider dos ConsOrcios do Segur CONTA: 0914 040 01507556 - 5 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040091400091705117 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR				CPF/CNPJ: UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação



BANCO ITAU S.A.

COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

FORMA DE PAGAMENTO: FICHA DE COMPENSAÇÃO

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

CNPJ: 09.248.608/0001-04

BANCO: 341

AGÊNCIA: 0477-0

CONTA: 78855-8

DATA DA OPERAÇÃO:

23/05/2017

VALOR TOTAL:

81.400,00

CLIENTE: PERNAMBUCO TRIBUNAL DE JUSTICA

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA

DO CÓDIGO DE BARRAS: 10498000000081400000029112948704681705004543

Nr. da Autenticação: E342B208B5F71FA49516EB4715D106FF31E8710B8A3ED0C1A9D7983AFC36BA98



GM

Doc. 141416134048100000066609798

2257020

KD0003AY7E0P0000037D

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada – PE

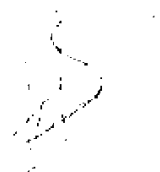
Processo n.º 0001214-83.2016.8.17.1370

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvat S.A., pessoa jurídica de direito privado, Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvat S.A., com sede na , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, nos autos da **Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT**, que lhe promove **Aderson Sebastiao dos Santos**, vem, por seus advogados infra-assinados, vt instrumento de mandato em anexo (**Doc. 05**), com endereço na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 4779, 22ª andar, Empresarial Isaac Newton, Ilha do Leite, Cep 50070-160, Recife/PE, onde receberão as intimações de estilo, apresentar a sua **CONTESTAÇÃO**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I. DAS PRELIMINARES

I.1. Da Carência De Ação – Falta De Interesse De Agir

A quantia pleiteada pela adversa parte, a título de Seguro DPVAT, ja lhe foi integralmente paga administrativamente, pela empresa Demandada, não havendo que se falar em qualquer possibilidade de complemento da indenização, donde se conclui que é patente a inexistência do seu interesse de agir, autorizando que seja extinta a presente ação, sem resolução do mérito, com base no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil pátrio.



034

1. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

2. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

3. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

4. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

5. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

6. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

7. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

8. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

9. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.

10. O presente documento é uma cópia autêntica do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40.



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada – PE

Processo n.º 0001214-83.2016.8.17.1370

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvat S.A., pessoa jurídica de direito privado, Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvat S.A., com sede na , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, nos autos da **Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT**, que lhe promove **Aderson Sebastiao dos Santos**, vem, por seus advogados infra-assinados, *ut* instrumento de mandato em anexo (**Doc. 05**), com endereço na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 4779, 22º andar, Empresarial Isaac Newton, Ilha do Leite, Cep 50070-160, Recife/PE, onde receberão as intimações de estilo, apresentar a sua **CONTESTAÇÃO**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I. DAS PRELIMINARES

I.1. Da Carência De Ação – Falta De Interesse De Agir

A quantia pleiteada pela adversa parte, a título de Seguro DPVAT, já lhe foi integralmente paga administrativamente, pela empresa Demandada, não havendo que se falar em qualquer possibilidade de complemento da indenização, donde se conclui que é patente a inexistência do seu interesse de agir, autorizando que seja extinta a presente ação, sem resolução do mérito, com base no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil pátrio.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 16:13:40
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798
Número do documento: 20091416134048100000066609798



1.2. Inépcia Da Inicial – Ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação

Compete ao Autor quando da propositura da ação, fazer prova quanto aos fatos articulados, a fim de possibilitar ao juiz a análise e o conhecimento dos pedidos postos.

Determina o art. 320¹ do CPC, que a petição deverá ser instruída com os documentos tidos como indispensáveis à propositura da ação.

Ao se cotejar os autos, percebe-se que o Autor não teve o cuidado de acostar o laudo do Instituto Médico Legal para fazer prova quanto à existência e extensão da invalidez permanente que alega sofrer para o fim de sustentar o pedido de direito ao recebimento de complementação do seguro DPVAT.

Isso porque o art. 5º. da Lei nº 6194/74 Lei , que disciplina e o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores – DPVAT, estabelece que, *in verbis*:

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

¹ “São documentos indispensáveis à propositura da demanda somente aqueles sem os quais o mérito da causa não possa ser julgado” (Dinamarco, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil, VIII, 5ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005, p.381/382”(STJ-1ªT.,REsp 919.447, Min. Denise Arruda, j. 3.5.07.D.J.U 4.6.07).



2257020

KD0003AY7E0P0000037D

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Por sua vez, a Resolução nº 154/2006 2006 da CNSP, que disciplina e o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores – DPVAT, estabelece que, *in verbis*:

“Art. 19. Para fins de liquidação do sinistro, o beneficiário deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Indenização por morte:

- a) certidão de óbito;
- b) registro de ocorrência expedido pela autoridade policial competente; e
- c) prova da qualidade de beneficiário;

II - indenização por invalidez permanente:

- a) laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da Tabela das Condições Gerais de Seguro de

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40. O original encontra-se no sistema de arquivos do Poder Judiciário do Brasil, sob o número de documento 20091416134048100000066609798.



2257020

KD0003AY7E0P0000037D

Acidentes Pessoais, suplementadas, quando for o caso, pela Tabela de Acidentes do Trabalho e da Classificação Internacional de Doenças; e

b) registro da ocorrência expedido pela autoridade policial competente;

Tal prova poderia ter sido produzida sem a intervenção desse MM. Juízo, bastando apenas que comparecesse àquele órgão para a realização da análise clínica da lesão e eventual sequela sofrida.

Ausente o citado laudo, não poderá o juiz analisar o mérito da disputa (a existência ou não de eventual direito à complementação da indenização), nem tão pouco ordenar a produção de provas, pois sequer pôde conhecer da existência e extensão dos danos que o Demandante suportou no acidente de trânsito.

Uma vez contestada a ação, e não sendo permitida nesse momento processual a complementação da petição inicial, deve esta ser liminarmente indeferida.

Essa é posição da jurisprudência dominante, apenas para citar o seguinte aresto, *litteris*:

“Contestada a ação, a petição inicial já não pode ser emendada; a não ser assim, o réu – quem demonstrou o defeito – estaria fornecendo subsídios contra si próprio, em benefício do autor

Isso posto, estando patente a irregularidade insanável na petição inicial, ante a ausência de documento indispensável para a propositura da ação, o processo deve ser extinto, sem julgamento do mérito, com base no art. 330, c/c art. 485,VI, do CPC, é o que de logo se requer.

I - DO MÉRITO

I.1. - Da Improcedência do pedido – Inexistência de Invalidez em Grau Máximo a fundamentar a Indenização Pleiteada – Aplicação da tabela Gradativa da Lei.

Este documento encontra-se disponível para consulta pública no site do Poder Judiciário do Brasil, sob o endereço eletrônico: <https://pje.trf4.jus.br/Pepe/Pepe.asp?cid=2257020&ext=1>



2257020

KD0003AY7E0P0000037D

A presente ação parte do equivocado pressuposto de que o valor indenizatório máximo legal previsto é devido em toda e qualquer hipótese de invalidez ou debilidade ou sequela permanente, desde que decorrente de acidente de trânsito.

Na verdade, ao estabelecer que a indenização será de **“ATÉ” R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a lei fixou o referido valor apenas como um referencial, o teto, o limite. Não a indenização a ser paga por qualquer tipo de invalidez. *De jure*, o valor indenizatório máximo de R\$ 13.500,00 é devido, apenas, nos casos de morte e invalidez **completa e total**, ou seja, **invalidez bilateral com perda de todos os movimentos do membro ou funções do órgão**.

Entretanto, para a hipótese de invalidez parcial, a mesma lei estabeleceu uma tabela gradativa de valores proporcionais à gravidade de cada caso, de modo que as indenizações são calculadas com base em dois parâmetros: a dimensão da invalidez e o grau da perda dos movimentos ou função. **É o que se denomina o “grau do grau”**. Ou seja: além de se levar em consideração o membro lesionado, avalia-se também a perda percentual de redução dos movimentos ou função do membro.

Portanto, são avaliados dois parâmetros diferentes: se a invalidez atinge um membro ou mais de um (extensão), e qual o percentual da perda dos movimentos do membro ou função atingido (grau).

Nesse diapasão, não sendo a parte Demandante portadora de **invalidez permanente completa e total** não há que se falar em indenização ou complementação da indenização ao teto máximo estabelecido por lei, sendo, portanto, manifestamente improcedente a ação.

De acordo com o art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74 (com a redação dada pelo art. 31 da Lei 11.945/2009), a Tabela de Cálculo acima referida, utiliza para graduar a indenização **a extensão e o grau da invalidez**. Ou seja: quando se tratar de **invalidez parcial** o cálculo da indenização, faz o enquadramento da perda anatômica ou funcional do membro ou órgão (extensão), e, do valor resultante, calcula o percentual (%) da perda anatômica ou funcional, que será de 75% do valor do membro para as perdas de repercussão intensa, 50% para as de repercussão média,

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40. O original encontra-se no sistema de arquivos do PJE, sob o nome de arquivo: 20091416134048100000066609798.pdf. O sistema de arquivos do PJE é o responsável pela geração deste documento e não o responsável por eventuais erros de digitação ou formatação.



2257020

KD0003AY7E0P0000037D

25% para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% nos casos de sequelas residuais.

Ora, Douto Julgador, no caso dos autos a improcedência da ação decorre do fato de que a parte Demandante pretende o recebimento do valor máximo indenizável, contudo, não comprova que a lesão foi superior a reconhecida e paga, merecendo ser observado o enquadramento funcional de acordo com o art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74 (com a redação dada pelo art. 31 da Lei 11.945/2009).

In casu, durante o procedimento administrativo constatou-se uma invalidez parcial que, de acordo com a legislação pertinente, limita o valor indenizável à quantia de **R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, que lhe foi efetiva e corretamente pago, em conformidade com o art. 3º, § 2º, inc. II, da Lei 6.194/74.

DISCRIMINAÇÃO	(%) SOBRE A IMPORTÂNCIA SEGURADA (EXTENSÃO)	GRAU DA DEBILIDADE APURADA ADMINISTRATIVAMENTE
Perda funcional de um dos pés	50% de R\$ 13.500,00 = R\$ 6.750,00	(graduação - 25%) 25% de R\$ 6.750,00 = R\$ 1.687,50

Assim, o valor que lhe foi correta e efetivamente pago está em perfeita conformidade com o art. 3º, § 2º, inc. II, da Lei 6.194/74, e ao amparo da jurisprudência, conforme julgado abaixo:

Indenização do seguro paga na via administrativa no percentual devido. Sinistro ocorrido em novembro de 2009. Aplicação do valor previsto no art. 3º, inciso II, § 1º, da Lei 6.194/74, alterado pela Medida Provisória nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009.²

O Superior Tribunal de Justiça³ já sedimentou a sua jurisprudência quanto à legalidade do pagamento proporcional, conforme se infere da leitura da seguinte decisão colacionada, *litteris*:

² TJRN. Apelação Cível nº 2011.007363-6. Rel. Desembargador Expedito Ferreira. Julg 19/07/2011.

³ STJ, Resp. nº 1.157.468-PB, J. 29.02.2012, Relator: Min. Raul Araújo



2257020

KD0003AY7E0P0000037D

"Quanto à possibilidade de se fixar a indenização a partir do grau de invalidez, o v. acórdão recorrido encontra-se em conformidade com o entendimento pacificado nesta eg. Corte de Justiça no sentido de que 'é válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial' (REsp 1.101.572/RS, 3ª Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 16.11.2010). Com efeito, é possível o pagamento de indenização proporcional em caso de invalidez parcial permanente. Nesse sentido, confirmam-se, ainda, os seguintes precedentes: "CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Em situações de invalidez parcial, é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT. Precedente. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 1.368.795/MT, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 18.4.2011) "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PERMANENTE. PERÍCIA MÉDICA. APURAÇÃO DO GRAU DA LESÃO SOFRIDA. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. I.- Inexiste omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada tão-só mantém tese diferente da pretendida pela parte recorrente. II.- Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes. III. - A revisão do julgado no tocante ao preenchimento das condições necessárias ao recebimento da indenização (se a invalidez seria permanente ou parcial), demandaria reexame de provas, o que não se admite em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte. Agravo Regimental improvido." (AgRg no Ag 1.388.045/MT, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe de 5.5.2011). **Também não merece prosperar a tese de que a quantificação do grau de invalidez somente foi introduzida pela Medida Provisória 451/2008, não devendo, assim, ser aplicada ao caso concreto. Isso porque a referida norma apenas regulamentou a situação já prevista na Lei 6.194/74, vigente à época dos fatos. Nas palavras do eminente Ministro Luis Felipe Salomão: "Com efeito, de acordo com a redação vigente à época dos fatos, art. 3º, II, da Lei n.º 6.194/74 (determinada pela Lei 11.482/2007), em caso de invalidez permanente, o valor da indenização, a título de seguro obrigatório - DPVAT, será de até R\$13.500,00. A utilização, pelo legislador, do termo 'até' no**

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40. O original encontra-se no sistema de arquivos do Poder Judiciário do Brasil, sob o número de documento 20091416134048100000066609798.



2257020

KD0003AY7E0P0000037D

referido inciso corrobora o entendimento sobre a necessidade de se aferir o grau de invalidez, ante o sentido de gradação em direção ao valor máximo, que traz ínsito a referida expressão, e ante o entendimento de que a lei não contém palavras inúteis.

Ademais, o art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei 8.441/1992, que disciplina tal espécie de seguro, dispõe que: 'O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças'. A necessidade de quantificação das lesões pelo Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima foi mantida, inclusive, na nova redação dada ao referido § 5º, pela redação dada pela Lei 11.945/2009, nos seguintes termos: '§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.' **Nessa linha de intelecção, não haveria sentido útil a letra da lei indicar a quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e do grau de invalidez causado pelo acidente.** A intenção do legislador ao utilizar a expressão invalidez permanente, para efeito de indenização pelo valor máximo foi abranger aqueles casos em que a lesão sofrida pelo acidentado seja expressiva a ponto de torná-lo incapaz para o trabalho, não sendo suficiente para caracterizá-la a ocorrência de lesão que, embora permanente, não o impossibilite de exercer atividade laboral." (REsp 1.250.017/RS, DJe de 7/6/2011) A propósito, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.272.503/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 13/12/2011, DJe 19/12/2011; AgRg no AREsp 20.628/MT, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 17/11/2011, DJe 24/11/2011. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial. (grifos e destaques apostos)

Ressalte-se ainda que recentemente o STJ editou a Súmula 474 consolidando permanentemente o entendimento favorável ao pagamento proporcional nos casos de invalidez parcial. Vejamos:

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 14/09/2020 às 16:13:40. O original encontra-se no sistema de arquivos do PJE em: https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798



2257020

KD0003AY7E0P0000037D

Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.(DJe 19/06/2012 RSTJ vol. 226 p. 865)

À evidência, resta plenamente demonstrada que a complementação pretendida pela parte autora é totalmente descabida: a uma, por ela não ser portadora de invalidez em grau máximo; a duas, pois sendo portadora de invalidez parcial, já recebeu corretamente a indenização proporcional ao seu grau de invalidez.

ANTE O EXPOSTO, requer a improcedência da demanda. Contudo, acaso não seja este o vosso entendimento, o que se admite apenas *ad argumentandum e ad cautelam tantum*, que ao menos se observe os parâmetros legais estabelecidos na tabela, para quantificar o valor da indenização por invalidez permanente, nos termos percentuais da debilidade do autor, deduzindo-se o pagamento administrativo.

II.2. Do Laudo Pericial em Mutirão

Destarte, houve no dia 22/11/2016, avaliação médica para fins de verificação de grau de invalidez, em que ficou constada debilidade do pé direito, graduada em 50%, perfazendo o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, conforme tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	(%) SOBRE A IMPORTÂNCIA SEGURADA (EXTENSÃO)	GRAU DA DEBILIDADE
Perda anatômica ou funcional de um dos pés	50% de R\$ 13.500,00 = R\$ 6.750,00	(graduação - 50%) 50% de R\$ 6.750,00 = R\$ 3.375,00

Destarte, o autor da demanda em via administrativa, recebeu o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme documento em anexo (Doc.03), diante dos fatos aduzidos, caso haja pagamento que seja pelo valor avaliado em laudo pericial deduzido o valor recebido em via administrativa, sendo:

Este documento encontra-se disponível no site do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, no endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798>



Valor avaliado em Laudo Pericial: R\$ 3.375,00

Valor recebido em via Administrativa: R\$ 1.687,50

Valor a ser recebido: R\$ 1.687,50

Assim, percebe-se que **caso haja** necessidade de pagamento que seja pela lesão apontada pelo perito, menos a quantia recebida em via administrativa, estipulada no valor de **R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

II.3. Da aplicação dos Juros e Correção Monetária – Súmulas Do Superior Tribunal de Justiça

Ad argumentandum tantum, acaso seja considerada devida a verba requerida pela parte Demandante, a aplicação dos juros e da correção monetária deverão respeitar os termos iniciais fixados pelas súmulas nº. 426 e nº. 580, abaixo transcritas:

“Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

“Súmula 580 - a correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso”.

Diante do novo entendimento sumulado, fica superada qualquer possibilidade de aplicação da Súmula nº 54, pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de contrariedade a entendimento jurisprudencial consolidado.

II.4. Dos Honorários Advocatícios – Limitação imposta pela Lei nº.1060/50

Na remotíssima hipótese de condenação, os honorários de sucumbência deverão ser fixados mediante apreciação equitativa do juiz, considerando o grau de zelo do procurador, bem como a natureza e importância da causa, além do trabalho realizado, no percentual máximo

Este documento encontra-se disponível em formato eletrônico no site do Poder Judiciário do Brasil, sob o endereço eletrônico: <https://pje.trf3.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798>



de 15% (quinze por cento), conforme estabelecido na Lei nº. 1.060 de 05.02.1950.

III - DOS PEDIDOS FINAIS

Ex positis, requer a demandada que V. Exa. se digne a:

a) Acaso superadas as preliminares, que, em apreciando o mérito, sejam julgados TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pleitos formulados na peça exordial;

b) Condenar a parte promovente ao pagamento das custas processuais e no ônus da sucumbência, a ser arbitrado no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor da inicial;

c) Condenação de indenização que seja calculada de conformidade com percentual disposto em Lei, até o limite máximo indenizável, previsto na Lei 11.945/2009, levando em conta o Laudo Pericial, abatendo-se o valor já pago administrativamente;

d) Acaso haja condenação ao pagamento da indenização pleiteado, seja observada a disciplina supra-esposada para a incidência da correção monetária, considerada a partir da instauração da relação processual, com a constituição da mora;

Ad cautelam, requer a produção de todas as provas em direito admitidas, tal qual a inquirição de testemunhas, depoimento pessoal da demandante, juntada posterior de documentos, e tudo mais que se fizer necessário para o deslinde do feito.

Por fim, requer a Demandada que as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editais doravante expedidas, sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE em nome do patrono PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS, OAB/PE 15.131, sob pena de nulidade.**



GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

2257020

KD0003AY7E0P0000037D

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Serra Talhada – PE, 28 de Dezembro de 2016.

PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS
OAB/PE 15.131

REBECA LIMA
OAB/PE 40.336

MARIANA BARROS
OAB/PE 36.769



DOCUMENTO 1
LEI 11.945/09**LEI 11.945/09****ANEXO**

(art. 3º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em AMBOS os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



G M

GOUVEIA MAJALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

2257020

KD0003AY7E0P0000037D

DOCUMENTO 2
Procedimento Administrativo Prévio e Comprovante de
Pagamento Administrativo

Este documento foi gerado automaticamente pelo sistema de gestão de processos e não possui validade jurídica. Para obter o documento original, consulte o processo no sistema de gestão de processos.



G M

GOUVEIA MAJALHÃS MARIANO MOURY FERNANDES

2257020

KD0003AY7E0P0000037D

DOCUMENTO 3
Laudo Pericial em Mutirão

Este documento é uma reprodução eletrônica do original assinado digitalmente. Qualquer alteração ou modificação no conteúdo deste documento é considerada ilegal e passível de punição. Para mais informações, consulte o site do Ministério Público do Rio de Janeiro.



G M

GOUVEIA MAJALHÃS MARIANO MOURY FERNANDES

2257020

KD0003AY7E0P0000037D

DOCUMENTO 4
Substabelecimento, Procuração e Atos Constitutivos

Este documento é uma reprodução eletrônica do original. Qualquer alteração ou modificação no conteúdo deste documento é considerada ilegal. O original deve ser consultado para a verificação da autenticidade e validade do documento.



Relatório Detalhado do Processo

(Código do Processo =409934)

0001214-83.2016.8.17.1370 (ID 409934)

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Matéria: Rito Ordinário
Tipo de Ação: Ordinária
Fase: Encerrado (16/12/2016)
Vara/Juizado: 1ª Vara Cível

Seguradora Consorciada: Sim Código Seguradora: 327-1
Escritório Responsável: G E M ADVOGADOS

Serra Talhada

Cadastrado em: 06/12/2016
Data Distribuição: 02/05/2016
Data Citação: 02/12/2016
Pasta DPVAT JURÍDICO: 2257020
Data da Audiência:
Data Seg. Líder: 05/12/2016
Seguro Facultativo: Não

Partes

Autor / Beneficiário **Aderson Sebastião dos Anjos (319.499.164-72)**
Rua Luiz Olavo de Andrade, nº 1567 - São Cristóvão - Serra Talhada/PE /

Advogado Autor / Beneficiário **Haroldo Magalhães de Carvalho (OAB/PE 25.252D)**
Praça 15 de Novembro, 168 - Centro - Triunfo/PE / PE
Telefone: (87) 3846-1036
Telefone1: (81) 98896-7454
Telefone2: (87) 99613-2833
E-mail: hmc.advocacia@gmail.com
Tipo Pessoa: Jurídica

Réu **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvt S/A (09.248.608/0001-04)**
Rua Senador Dantas, 74, 5º andar - Centro - Rio de Janeiro / RJ
Tipo Pessoa: Jurídica

Vítima **Aderson Sebastião dos Anjos (319.499.164-72)**
Rua Luiz Olavo de Andrade, nº 1567 - São Cristóvão - Serra Talhada/PE /

Análise Prévia

Valor Causa: 11.812,50

Objetos: Diferença de Pgt em Invalidez (Possível)

Outra Ação no DPVAT JURÍDICO: Não

Sinistro no MEGADATA: Sim

Sinistro Administrativo

Nº do Sinistro: 3150 / 069529 / 01
Natureza do Sinistro: 02 - Invalidez Parcial
Regulação: 1 - Pago (24/02/2015 -)
Valor: 1.687,50
Idêntico: Sim
Falha na Regulação: Não
AMP: Sim

Há Laudo Administrativo: Sim

Data do Laudo: 20/02/2015

Atesta o Grau da Invalidez: Sim

Danos Corporais Segmentares (Parciais): Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés

Alegação de Recebimento Sinistro Administrativo: Sim

Valor: 1.687,50

Litispendência: Não

Coisa Julgada: Não

Prescrição: Não

Pendente de Inicial: Não

Regulação Localizada pelo Núcleo de Conciliação: Sim

Análise Técnica

Boletim de Ocorrência: Sim

Data do Sinistro: 07/12/2014

Número: 14E0267005091
UF: PE

Data do Registro: 11/12/2014

Local: Serra Talhada
Local do Sinistro: Rua Joca Magalhães, em frente
à Casa Paroquial

Certidão de Óbito: Não

Cessão de Direito: Não



Relatório Detalhado do Processo

(Código do Processo =409934)

Incompetência: Não
Veículo Estrangeiro: Não
Categoria/Veículos Envolvidos: 1 - automóveis particulares
9 - motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares
Categoria/Veículo No Qual Estava a Vítima: 9 - motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares
Laudo de Invalidez (Emitido por médico Particular): Não
Laudo do IML: Não
Perícia Judicial: Sim
Danos Corporais Atestados: Sim
Danos Corporais Segmentares (Parciais): Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés
Escritório Contencioso Encaminhou Documentos do Processo: Sim (Dentro do Prazo)
Regulação Localizada pelo Núcleo de Conciliação: Não
Procuração: Sim
Advogado com Poderes para Transigir: Sim
Compatibilidade Caligráfica Entre a Assinatura Constante nos Documentos Pessoais e Procuração Configurada: Inconclusivo
Possibilidade de Acordo: Sim
Acordo Realizado: Não Motivo: Em negociação
Falta de Documento Essencial: Sim
Invalidez Permanente ou Reembolso de DAMS: Laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, atestando o estado de invalidez permanente, bem como quantificando e qualificando as lesões físicas ou psíquicas da vítima

Parecer de Orientação: Trata-se de demanda proposta perante o Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, objetivando indenização por invalidez em razão de sinistro ocorrido em 07/12/2014, portanto, sob a égide da Lei 6.194/1974, alterada pela Lei 8.441/1992, com os efeitos da Lei 11.482/2007, conversão da MP 340/2006, cujo LMI é de R\$ 13.500,00, bem como alterações da Lei 11.945/2009, conversão da MP 451/2008.

Não há prescrição, litispendência e coisa julgada. Ademais, não se verifica incompetência absoluta, inépcia da petição inicial, ilegitimidade, falta de interesse processual, defeito de representação, bem como incompetência relativa.

A parte autora acostou Boletim de Ocorrência. A vítima trafegava em motocicleta Honda, placa KJU-9691, quando sofreu o acidente. Compreende-se que a dinâmica do acidente é coberta pelo Seguro DPVAT.

Foi acostado Boletim de Primeiro Atendimento realizado no Hospital HOSPAM, na data do acidente, confirmando o nexo de causalidade entre o sinistro e a lesão no tornozelo direito, atestada pelo médico Eleazar Araujo, CRM/PE 13674.

Ressalte-se que a petição inicial não foi instruída com documento indispensável à liquidação do sinistro, qual seja, o Laudo do IML, conforme art. 21, II, a, da Resolução CNSP nº 273, de 2012.

O enunciado da Súmula 474 do STJ orienta que a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Demonstra-se a reiterada aplicação da Súmula pelos Tribunais por meio da ementa na decisão a seguir:

RECLAMAÇÃO Nº 18.795 - MG (2014/0150261-0) EMENTA RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROLATADO POR TURMA RECURSAL ESTADUAL E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. 1. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade, nos termos da Súmula 474/STJ. 2. Reclamação provida.

Em 24/02/2015, a Seguradora realizou o pagamento de indenização por invalidez no valor de R\$ 1.687,50 de forma proporcional ao grau da avaliação médica pessoal realizada no processo administrativo que constatou debilidade de 25 % de pé direito.

Cumprir informar que o processo em análise participou de Mutirão DPVAT em 22/11/2016. Em perícia judicial foi constatada debilidade de 50 % de pé direito. Foi apresentada proposta de acordo no valor de R\$ 1.687,50. O acordo não foi celebrado, uma vez que o autor recusou a proposta. Sendo assim, a mesma poderá ser reapresentada.

Observação: Eventuais alterações na apuração da(s) lesão(ões) e/ou no valor a pagar deverão ser submetidas previamente à Seguradora Líder-Dpvat para aprovação.





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 2015

Carta nº: 6194374

A/C: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Sinistro: 3150069529
Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
Data Acidente: 07/12/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.dpvatsegurodotransito.com.br, ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.dpvatsegurodotransito.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à GENTE SEGURADORA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00591/00592 - carta_01

00090296



Rio de Janeiro, 03 de Março de 2015

Carta nº: 6438603

A/C: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Sinistro: 3150069529
Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
Data Acidente: 07/12/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 237

Agência: 000000586-0

Conta: 00000100009-8

Tipo: CONTA CORRENTE

Memória de Cálculo:

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 50%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =

R\$ 1.687,50

Multa:

R\$ 0,00

Juros:

R\$ 0,00

Total creditado:

R\$ 1.687,50

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 0154701548 - carta_15R

00030774



Rio de Janeiro, 04 de Novembro de 2015

Carta nº: 8106801

A/C: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Sinistro: 3150069529
Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
Data Acidente: 07/12/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag: 00721/00722 - carta_02

00050361



Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 2015

Carta nº: 8167462

A/C: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Sinistro: 3150069529
Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
Data Acidente: 07/12/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: REANÁLISE DE PROCESSO - CONDUTA MANTIDA

Prezado(a) Senhor(a),

Em atendimento à sua solicitação, e procedida a reanálise médica do seu processo de indenização por invalidez permanente, informamos que fica mantida a conduta anteriormente adotada, uma vez que não identificamos a existência de novas sequelas, ou agravamento daquelas que já foram indenizadas em decorrência do acidente sofrido.

Tendo em vista que seu pedido de indenização já foi atendido adequadamente, e que não há valores pendentes de pagamento, o seu processo encontra-se encerrado.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag: 00499/00500 - carta_09

00060250





Investigations by: DPVAT

Nº DO SINISTRO

DELEON SEBASTIAO DOS ANTONS
EXPEDIENTE POR DETRAN-PE EM 03.07.14

_____, AUTORIZO A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
_____, marcos
SEGURO DEVIDA DA VITIMA _____, RESPALTA E REFIAR O CREDITO DE ACORDO COM AS INFORMACOES ABaixo PRESTADAS.

¹ J. A. Corralles Saez n.º 445/2002, que trata da proteção à liberdade de expressão e à liberdade de consciência, cedendo de novas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca do projeto e do futuro de recursos movidos.

There will be no reservation of the up land and marshes. The entire area is a continuous tract of land. The entire area is a continuous tract of land. The entire area is a continuous tract of land.

- 26 JAN 2015

Os meios possíveis para identificar e documentar receitas na fase de regulação do sinistro [GOVER. e responsabilidade do agente regulador/seguradora ou reguladora]

O Lances BILADELCO e TACU têm acordo junto à Secretaria de Loteria do Estado para abertura de sorteio POLIPANCA para fins de UPVAT com dois prêmios e requerente. Carta de abertura disponível no endereço eletrônico: www.douglasnuneslota.com.br

PARA CREDITO EN CONTA CORRIENTE (TODOS LOS BANCOS)
N° de AGENCIA (con dígitos, si existir)
N° de CONTA (con dígitos, si existir)

CONTRÓLLO DE PREÇOS E RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

DECLARO QUE A EMPRESA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA PROPRIEDADE. UMA VEZ ESTE FOLIO O PAGAMENTO DEBITO DA INDENIZACAO. E ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESSAS BRAS. ME CONHEÇO E RECEBEMO E DOU O COMETIMENTO DE QUANTO DA DEEBIDA INDENIZACAO.

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

1. *Uphallia* de Meekes, 1965, *Proc. Linn. Soc. New South Wales*, 85, 1965, p. 11, fig. 11. Type locality: New South Wales, Australia. (Monotype).



Bradesco

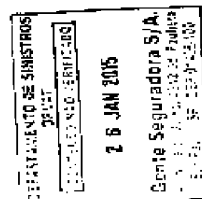
Dia & Noite

BON - BRANCO DIA E NOITE
EXTRATO CONTA CORRENTE TERM. 0560456

ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS 17:33 HRS
AGENCIA 0586 CONTA 0100005-8 05/DEZ/2014

DISPONIVEL
+ CONTA CORRENTE
= TOTAL DISPONIVEL
SALDO TOTAL
SALDO DISP. P/INVEST.

LIMITES DE CREDITO
CHEQUE ESPECIAL
LIMITE UTILIZADO
LIMITE A UTILIZAR





149226

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO

DELEGACIA DE POLICIA DA 17ª CIRCUNSCRICAO -
SERRA TALHADA - DP177CIRC DINTER21210ESEC



BOLETIM DE OCORRENCIA (COMPLETO)

Nº. 14E0267005091

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 11/12/2014 às
18124

*** C O N F I D E N C I A L ***
* USO EXCLUSIVO PARA
INVESTIGACAO E/OU INQUERITO
POLICIAL *

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTÉUDO NÃO VERIFICADO

26 JAN 2015

Gente Seguradora S/A.
CNPJ nº 07.000.000/0001-91
Rua Paulo de Azevedo, 100

Ocorrência

Natureza: ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Culpase (Consumado)

Data: 7/12/2014 Hora: 00:38

Motivacao: NAO INFORMADO

Endereço do fato: RUA JOCA MAGALHAES, 1, 9 CENTRO, SERRA TALHADA,
PERNAMBUCO, BRASIL, EM FRENTE A CASA PAROQUIAL

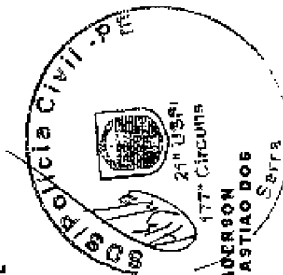
Lugar do fato: VIA PUBLICA

Envolvidos:

DESCONHECIDO (AUTOR AGENTE)
VERA LUCIA ALVES FERRERA (TESTEMUNHA)
ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS (VITIMA)
JOSE LUCAS FURTADO DE ARAUJO (VITIMA)

Objetos

VEICULO: MOTÔ (Usado na geratão da ocorrência)
SEBASTIAO DOS ANJOS
- Utilizado por: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS



Envolvidos

ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS (presente no plantão) Sexo: MASCULINO

Ocupação: Advogado, advogado, advogado, advogado

HEITOR SEBASTIAO DOS ANJOS (presente no plantão) Sexo: MASCULINO

CIDERO DOS SANTOS (presente no plantão) Sexo: MASCULINO

PERNAMBUCO / BRASIL

Documentos: 16603073SP/PE (RG), 11649916472 (CPF) Faltam Cóp

GASADU(A): Escadaria 2, GRAU COMPLETO Digitação APRESENTADO

Características: Piel: cast

Idade: 45 Cor da pele: MORENA



Endereço Residência: RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE, 1807; 0: AAB3; SERRA TALHADA; PERNAMBUCO; BRASIL

JOSE LUCAS FURTADO DE ARAUJO (presente ao plantão) Sexo: MASCULINO, Nacionalidade: Adotivo-sexual: NÃO INFORMADO, Localidade Adotivo-sexual: NÃO INFORMADO, Mãe: RITA FURTADO DE LIMA, Pai: GENILSON ALVES DE ARAUJO, Nascimento: 10/12/1981; Nacionalidade: SERRA TALHADA / PERNAMBUCO / BRASIL

Documentos: 374564878950PE (RG), 364509814354 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A); Escolaridade: 1º. GRAU INCOMPLETO; Profissão: ESTUDANTE

Características Físicas, Índice corporal: 18, Cor da pele: PARDAS

Pessoa com Deficiência: SEM DEFICIÊNCIAS

Endereço Residência: RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE, 1807; 0: AAB3; SERRA TALHADA; PERNAMBUCO; BRASIL

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) Sexo: FEMININO; Nacionalidade: Adotivo-sexual: NÃO INFORMADO, Localidade Adotivo-sexual: NÃO INFORMADO, Mãe: NÃO INFORMADO, Nascimento: NÃO INFORMADO, Nacionalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL Estado Civil: NÃO INFORMADO; Profissão: NÃO INFORMADO

Características Físicas, Cor da pele: DESCONHECIDA; Pessoa com Deficiência: DESCONHECIDO

Detenidas/Desaparecidas: VEICULO PICAPE FIAT ESTRADA, COR CINZA ESCURO, COM NÚMEROS DA PLACA 9133, A QUAL FOI A CAUSADORA DO DORENDO AGENTE.

VERA LUCIA ALVES FERREIRA (não presente ao plantão) Sexo: FEMININO; Nacionalidade: Adotivo-sexual: NÃO INFORMADO, Localidade Adotivo-sexual: NÃO INFORMADO, Mãe: MARIA DE LOURDES ALVES FERREIRA, Pai: FRANCISCO VICENTE FERREIRA, Nascimento: 03/11/1982, Nacionalidade: SERRA TALHADA / PERNAMBUCO / BRASIL

Documentos: 683396843505PE (RG) Estado Civil: NÃO INFORMADO; Profissão: NÃO INFORMADO

Características Físicas, Índice corporal: 47, Cor da pele: PARDAS

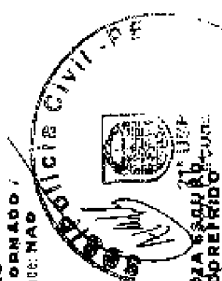
Pessoa com Deficiência: DESCONHECIDO

Objetos

MOTO (VEICULO)

Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA HONDA / NXR150 BR08 - Objeto apreendido Não Desaparecido: MOTO HONDA 150 BR08, 2003/07, COR VERMELHA, PLACA KJ09691, CHASSI 9C2KD03107R013047. Número de Série: 9C2KD03167R013047 Cor: VERMELHA Quantidade: (UNIDADE NÃO INFORMADA) Valor Unitário: (MOEDA NÃO INFORMADA)

Complemento



26 JAN 2015
Gente Seguradora S/A
Av. Nere de Souza 4372 Jd. Paulista
33070-000 - SP - CEP 01345-000



LOCAL JÁ DESCRITO. TRÁFEGAVA PROVANDO A MOTOCICLETA EM EPIGRASE, QUE NA SUA BARBA ESTAVA O MENOR JOSE LUCAS FURTADO DE ARAUJO. QUANDO EM DADO MOMENTO SAIU DA PRAÇA SERTIÇO MAGALHÃES, UM VEÍCULO FIAT ESTRADA, CUJO O CONDUTOR NÃO FOI IDENTIFICADO COLIDINDO NA LATERAL DIREITA DA MOTOCICLETA EM QUE AS VITIMAS ESTAVAM OCACIONANDO A QUEDA DOS MEMBROS. AS VITIMAS FORAM SOCORRIDAS AO HOSPITAL POR POPULARES, ONDE FOI CONSTATADO QUE A VITIMA ADERSON, LESIONOU

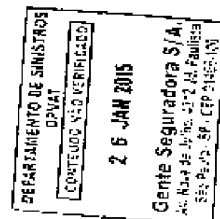
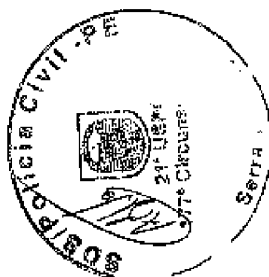
13/12/2014 13:2

Plata de Defesa Social :: INPOPOL

<https://security.sds.pa.gov.br/pernambuco/VigilizaRO.d>

GRAVEMENTE E SE DIREITO, A VITIMA JOSE LUNA, QUEM FOI A CAVICULA DIREITA, SENDO DE MESMO, SENDO INTERMADO, SUO ACOMPANHAMENTO MEDICO. A VITIMA QUE CONDUZIA A BITABA MOTOCICLETA, INFORMA QUE O VEICULO QUE DEU PAUSA AO ACIDENTE NÃO PRESTOU SOCORRO, SE EVADINDO DO LOCAL.

B.O. registrado pelo policial: EDNILSON PEREIRA LIMA - MAT. 151.743-0 - Matrícula: 101943-6



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS

RG nº 2.550.907 data de expedição 11 órgão SSP-PE

CPF nº 319.499.164-12 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Travessa)	<u>RUA LUIZ CLAY DE ANDRADE</u>
Número	<u>1567</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>SÃO CRISTÓVÃO</u>
Cidade	<u>SERRA TALHADA</u>
Estado	<u>PE</u>
CEP	<u>56900-000</u>
Telefone de Contato	
E-mail	

DECLARAÇÃO DE SINISTROS
DATA: 26 JAN 2015
CENTRO SEGURO S/A
R. A. N. 100, 1000-000, 1000-000
1000-000, 1000-000

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Serra Talhada-PE, 19 de dezembro de 2014

Assinatura do Declarante: ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS



HOSPITAL PROFESSOR AGAMENON MAGALHÃES
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
Serra Talhada - FUSAM / SUS / PE

[illegible][illegible]

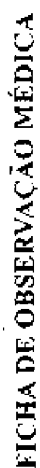
CONSEJO DE SINISTROS

On: 01/03/2019 14:50	IP: 50.10.10.10
----------------------	-----------------

5102 MAR 9 2015

Genie Seguradora S.A.

... ..



Day: . HORA:

rule

Appendix

WILSON (NOVA) 95310118

Example Notations

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Mullerage	Rings	Date
Sale 2000 mg EV 8m 4L	96	27-12-2012
Birchmont 4mg + 4m EV	96	NA - 12-2012
Nutrasen 18mg IN	96	12-2012
Thermal 400 mg + SF 2% 253 mg EV	96	
Formatec 2012-2013		
KAPLAN 2% + 4m EV	96	
Dr. Eliazar Kaulin DOCTOR GRUPE 1302		



ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR
EXC. MÉRITO
CUIA-20091416134048100000066609798
14/09/2020 16:13:40

Relatorio medico

Informa o paciente Aderson Sebastião dos Anjos, que foi vítima de acidente de moto no dia 07-12-2014. Em consequência veio a sofrer ferimento cortu-contuso extenso em tornozelo direito, sendo realizado tratamento clínico conservador, com assepsia e sutura.

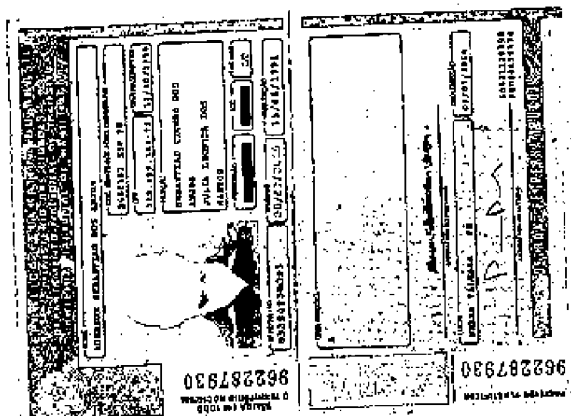
Após alta médica definitiva em 21-08-2015, vítima apresenta diminuição dos movimentos articulares do pé direito, com deformidade anômica, mais marcha claudicante e limitação funcional para os movimentos de flexão e extensão, acompanhado de edema e falta de força. Deficit laboral de 50%.

PRESENCIA DE DANOS DEP. 121
CONTÉUDO NÃO VERIFICADO
29-08-2015
Gente Seguradora S/A
R. Adolpho, 217 - Jd. Santa Rosa
São Paulo - SP

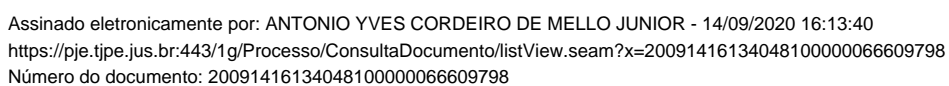
Serra Talhada, 31 de Agosto de 2015


Dr. Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior

Protocolo: 20091416134048100000066609798



DEPARTAMENTO DE SANITARIOS
CPVAT
CONTINUO ADO VERIFICADO
26 JAN 2015
Gente Seguradora S/A.
R. N. de J. de 1512 SA Paulo
Cidade de São Paulo, SP 05508-900



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DOS TRANSPORTES

DETRAN - PE Nº 010596548661
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA: 912239803 RUA: 912239803 2014

RODRIGO ROBERTO DOS ANJOS

SPRCA TAMBORA PE

319.409.164-72 KJ08691

PLACA ANT. 19-10-72

EXERCÍCIO: 2014 DATA EMISSÃO: 17/02/14

PE Nº 010596548661

VEICULO: 319.409.164-72 KJ08691

RENAVAM: 832033055- HONDA/NOVA 50 BR06 ESD

ANOTAB: 2667 05- 9C2KD03107R013047

PREMIO TARIFARIO: 1,00

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.245.808/0001-04

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DOS TRANSPORTES

DETRAN - PE Nº 010596548661
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA: 912239803 RUA: 912239803 2014

RODRIGO ROBERTO DOS ANJOS

SPRCA TAMBORA PE

319.409.164-72 KJ08691

PLACA ANT. 19-10-72

EXERCÍCIO: 2014 DATA EMISSÃO: 17/02/14

PE Nº 010596548661

VEICULO: 319.409.164-72 KJ08691

RENAVAM: 832033055- HONDA/NOVA 50 BR06 ESD

ANOTAB: 2667 05- 9C2KD03107R013047

PREMIO TARIFARIO: 1,00

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.245.808/0001-04

OFFICINA DE SINISTROS
26 JAN 2015
Genes Seguradora S/A
RUA: 912239803 RUA: 912239803
2014



CONDIÇÕES DE USO: Este documento é propriedade da Seguros Oryx S/A e não pode ser reproduzido ou utilizado sem a autorização expressa da Seguros Oryx S/A. A Seguros Oryx S/A não se responsabiliza por danos ou prejuízos de qualquer natureza decorrentes do uso indevido deste documento.

1. OBJETIVO

Este documento tem por objetivo estabelecer as condições de uso e as responsabilidades das partes envolvidas no processo de seguro Oryx S/A.

2. APLICABILIDADE

Este documento aplica-se a todos os seguros Oryx S/A, independentemente do tipo de seguro e da modalidade de contratação.

3. RESPONSABILIDADES

3.1. A Seguros Oryx S/A é responsável por fornecer informações claras e precisas sobre as condições de uso e os termos do seguro.

3.2. O Segurado é responsável por ler e entender as condições de uso e os termos do seguro antes de contratar o seguro.

3.3. O Segurado é responsável por fornecer informações verdadeiras e completas sobre a situação de risco e a pessoa segurada.

3.4. O Segurado é responsável por manter as condições de risco sob controle e por tomar as medidas necessárias para evitar ou reduzir o risco.

3.5. O Segurado é responsável por pagar as prêmios e as despesas administrativas do seguro.

3.6. O Segurado é responsável por cumprir as obrigações de seguro e por não cometer atos de fraude ou de má-fé.

3.7. O Segurado é responsável por manter o seguro em vigor e por não interromper o seguro sem a autorização da Seguros Oryx S/A.

3.8. O Segurado é responsável por manter o seguro atualizado e por informar a Seguros Oryx S/A sobre qualquer alteração nas condições de risco.

3.9. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

3.10. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as políticas e procedimentos da Seguros Oryx S/A.

3.11. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as práticas e costumes do mercado.

3.12. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as expectativas da Seguros Oryx S/A.

3.13. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as necessidades da Seguros Oryx S/A.

3.14. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os interesses da Seguros Oryx S/A.

3.15. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os valores da Seguros Oryx S/A.

3.16. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os princípios da Seguros Oryx S/A.

3.17. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os valores da Seguros Oryx S/A.

3.18. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os princípios da Seguros Oryx S/A.

3.19. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os valores da Seguros Oryx S/A.

3.20. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os princípios da Seguros Oryx S/A.

CONDIÇÕES DE USO

1. O presente documento estabelece as condições de uso e as responsabilidades das partes envolvidas no processo de seguro Oryx S/A.

2. O Segurado é responsável por ler e entender as condições de uso e os termos do seguro antes de contratar o seguro.

3. O Segurado é responsável por fornecer informações verdadeiras e completas sobre a situação de risco e a pessoa segurada.

4. O Segurado é responsável por manter as condições de risco sob controle e por tomar as medidas necessárias para evitar ou reduzir o risco.

5. O Segurado é responsável por pagar as prêmios e as despesas administrativas do seguro.

6. O Segurado é responsável por cumprir as obrigações de seguro e por não cometer atos de fraude ou de má-fé.

7. O Segurado é responsável por manter o seguro em vigor e por não interromper o seguro sem a autorização da Seguros Oryx S/A.

8. O Segurado é responsável por manter o seguro atualizado e por informar a Seguros Oryx S/A sobre qualquer alteração nas condições de risco.

9. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

10. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as políticas e procedimentos da Seguros Oryx S/A.

11. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as práticas e costumes do mercado.

12. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as expectativas da Seguros Oryx S/A.

13. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com as necessidades da Seguros Oryx S/A.

14. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os interesses da Seguros Oryx S/A.

15. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os valores da Seguros Oryx S/A.

16. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os princípios da Seguros Oryx S/A.

17. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os valores da Seguros Oryx S/A.

18. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os princípios da Seguros Oryx S/A.

19. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os valores da Seguros Oryx S/A.

20. O Segurado é responsável por manter o seguro em conformidade com os princípios da Seguros Oryx S/A.

Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Oryx S/A
 CNPJ: 09.249.608/0001-04
 Rua Senador Dória, 14 - 3º andar
 Centro - Rio de Janeiro
 www.seguradadelider.com.br

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SEGURO DEBILITÓRIO

1ª COTA

CONDIÇÃO DE USO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

2ª COTA

3ª COTA OU COTA ÚNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

MULTAS DE TRÂNSITO

ENCARGOS DO DETRAN



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, ALEXSON SEBASTIAO DOS SANTOS, portador da carteira de identidade GMH-0329450013 e inscrito no CPF/MT sob o nº 319.499.764-72, residente e domiciliado na RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE, 1567, SÃO CRISTÓVÃO, cidade SERRA TALHADA, Estado PERNAMBUCO, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Luder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Serra Talhada-PE, 17 de dezembro de 2014
Local e data

Alexson Sebastião dos Santos
Assinatura do declarante (conforme documento de identificação) DPVAT

26 JAN 2015

Gente Seguradora S/A
Av. Nôa da Muta, 1512 - 2º Andar
São Paulo, SP - CEP: 05411-100

DECLARAÇÃO

DECLARANTE:

Eu, ADERVO SEBASTIAO DOS ANJOS, portador do documento de identidade CNH-0329435003 expedido por DETRAN-PE em 09/08/14, inscrito no CPF sob o nº. 319.439.164-72, residente no endereço: RUA LUIZ OLAVO DE ARAUJO, nº. 1618 Bairro SÃO CRISTÓVÃO, Cidade: SEENA TACUADA, Estado: PE, CEP 54900000.


TERMOS DA DECLARAÇÃO: Declaro, para os devidos fins de direito e sob pena de ser responsabilizado, que no acidente de trânsito ocorrido em 02/12/2014, no qual me vitimei, não foi possível, naquele momento, nenhum tipo de atendimento pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil ou atendimento pelos Anjos do Asfalto ou concessionária ou similar ou Inquérito Policial, tendo sido necessária minha imediata remoção para um hospital, feita por terceiros, motivo pelo qual não se faz possível encaminhar documento substitutivo do Boletim de Ocorrência de Acidente, contando tão somente com o registro da ocorrência, feito por Ato Declaratório de terceiros, de nº. _____, cuja cópia segue anexa.

DEPARTAMENTO DE SINISTROS	
PPSET	
LICENCIAMENTO: 00000000000000000000	
26 JAN 2015	
Pepe Seguradora S/A.	
RUA JOÃO DE DEUS, 41 - JARDIM	
PRAÇA DE SEBASTIÃO	

Seu Filho - P. 12 de 12 de 2014

Aderson Sebastião dos Anjos
DECLARANTE

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150069529

Cidade: Serra Talhada

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Data do acidente: 07/12/2014

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 09/02/2015

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: TRAUMA NO TORNOZELO DIREITO

Resultados terapêuticos: DEPENDE DE PERÍCIA MÉDICA (BAM INCONCLUSIVO)

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das
sequelas:

Documentos
complementares:

Observações:

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

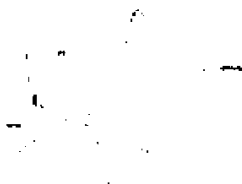
AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

Nome do médico: JOSE ARTUR FIALHO AMORIM


CRM do médico: 52.31474-2

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150069529

Cidade: Serra Talhada

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Data do acidente: 07/12/2014

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: Lesão corto condutente no calcanhar direito

Descrição do exame médico pericial: Deambula com auxílio de moletas, dificuldade em fixar o pé no chão, déficit de flexão do pé e torção

Resultados terapêuticos: Submetido a tratamento conservador com alta definitiva

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PÉ DIREITO

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 20/02/2015

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: JOAO LOPES DE BARROS FILHO

CRM do médico: 15988

UF do CRM do médico: PE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos pés	50 %	Em grau leve - 25 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

PRESTADOR

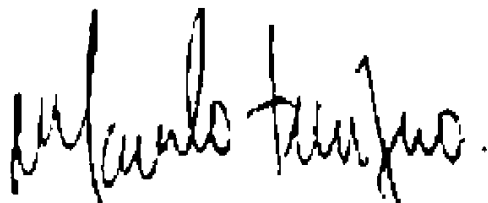
CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: MARCELO TERRIGNO


CRM do médico: 52.55920-8

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150069529

Cidade: Serra Talhada

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Data do acidente: 07/12/2014

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: ferimento corto-contuso extenso no tornozelo direito

Descrição do exame médico pericial: diminuição dos movimentos articulares do pé direito; limitação funcional para flexão e extensão

Resultados terapêuticos: sutura do tendão e sutura da região plantar do pé direito

Sequelas permanentes: NÃO HOUVE AGRAVAMENTO DA LESÃO DOS MOVIMENTOS DO PÉ DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 04/11/2015

Conduta mantida: Sim

Observações: TRATA-SE DE REANÁLISE, NA ANÁLISE ANTERIOR VÍTIMA INDENIZADA EM R\$ 1.687,50 REFERENTE A 25% DA LESÃO DO PÉ DIREITO.

Médico examinador: JOAO CESAR DA CUNHA

CRM do médico: 10990-PE

UF do CRM do médico: PE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: DORES MENDES B C MENDES

CRM do médico: 52.25889-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 3150069529 - 1
Nome do(a) Examinado(a): ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
Endereço do(a) Examinado(a): RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE nº 1567 - AAB - SERRA TALHADA/PE
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 2550907 - SSP
Data local do exame: 20/02/2015 CUSTODIA/PE

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

Lesão corte condutente no calcanhar direito

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

Submetido a tratamento conservador com alta definitiva

III. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo seqüela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Deambula com auxílio de moletas, dificuldade em fixar o pé no chão, deficit de flexão do pé e torçao

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☐ Vitima em tratamento

☐ Sem seqüela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

Pé direito

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - CUSTODIA, 20/02/2015

Médico Perito: JOAO LOPES DE BARROS FILHO CRM: 15988

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 16:13:40

Assinatura do perito Examinador - CRM



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 3150069529 - 2
Nome do(a) Examinado(a): ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS
Endereço do(a) Examinado(a): RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE nº 1567 - SAO CRISTOVAO - SERRA TALHADA/PE
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 2550907 - SSP
Data local do exame: 04/11/2015 SERRA TALHADA/PE

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

ferimento corto-contuso extenso no tornozelo direito

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

sutura do tendão e sutura da região plantar do pé direito

III. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo seqüela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

diminuição dos movimentos articulares do pé direito; limitação funcional para flexão e extensão

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☐ Vitima em tratamento

☐ Sem seqüela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

pé direito

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - SERRA TALHADA, 04/11/2015

Médico Perito: JOAO CESAR DA CUNHA CRM: 10990-PE

Assinatura do perito Examinador - CRM



BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/02/2015

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

BANCO: 237

AGÊNCIA: 00586-0

CONTA: 000000100009-8

Nr. Autenticação

BRADESCO2702201505000000000023700586000000100009168750 PAGO



Relatório Detalhado do Processo

Emitido em 16/12/2016

(Código do Processo =409934)

0001214-83.2016.8.17.1370 (ID 409934)

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Matéria: Rito Ordinário
Tipo de Ação: Ordinária
Fase: Em Análise (15/12/2016)
Vara/Juizado: 1ª Vara Cível

Seguradora Consorciada: Sim Código Seguradora: 327-1
Escritório Responsável: G E M ADVOGADOS

Serra Talhada

Cadastrado em: 06/12/2016
Data Distribuição: 02/05/2016
Data Citação: 02/12/2016
Pasta DPVAT JURÍDICO: 2257020
Data da Audiência:
Data Seg. Líder: 05/12/2016
Seguro Facultativo: Não

Partes

Autor / Beneficiário **Aderson Sebastião dos Anjos (319.499.164-72)**
Rua Luiz Olavo de Andrade, nº 1567 - São Cristóvão - Serra Talhada/PE /

Advogado Autor / Beneficiário **Haroldo Magalhães de Carvalho (OAB/PE 25.252D)**
Praça 15 de Novembro, 168 - Centro - Triunfo/PE / PE
Telefone: (87) 3846-1036
Telefone1: (81) 98896-7454
Telefone2: (87) 99613-2833
E-mail: hmc.advocacia@gmail.com
Tipo Pessoa: Jurídica

Réu **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvt S/A (09.248.608/0001-04)**
Rua Senador Dantas, 74 , 5º andar - Centro - Rio de Janeiro / RJ
Tipo Pessoa: Jurídica

Vítima **Aderson Sebastião dos Anjos (319.499.164-72)**
Rua Luiz Olavo de Andrade, nº 1567 - São Cristóvão - Serra Talhada/PE /

Análise Prévia

Valor Causa: 11.812,50

Objetos: Diferença de Pgt em Invalidez (Possível)

Outra Ação no DPVAT JURÍDICO: Não

Sinistro no MEGADATA: Sim

Sinistro Administrativo

Nº do Sinistro: 3150 / 069529 / 01
Natureza do Sinistro: 02 - Invalidez Parcial
Regulação: 1 - Pago (24/02/2015 -)
Valor: 1.687,50
Idêntico: Sim

Falha na Regulação: Não

Há Laudo Administrativo: Sim

Data do Laudo:

Alegação de Recebimento Sinistro Administrativo: Sim

Valor: 1.687,50

Litispendência: Não

Coisa Julgada: Não

Prescrição: Não

Pendente de Inicial: Não

Regulação Localizada pelo Núcleo de Conciliação: Sim

Análise Técnica

Data do Sinistro: 07/12/2014

Categoria/Veículos Envolvidos: Não Identificado

Categoria/Veículo No Qual Estava a Vítima: Não Identificado

Escritório Contencioso Encaminhou Documentos do Processo: Sim (Dentro do Prazo)

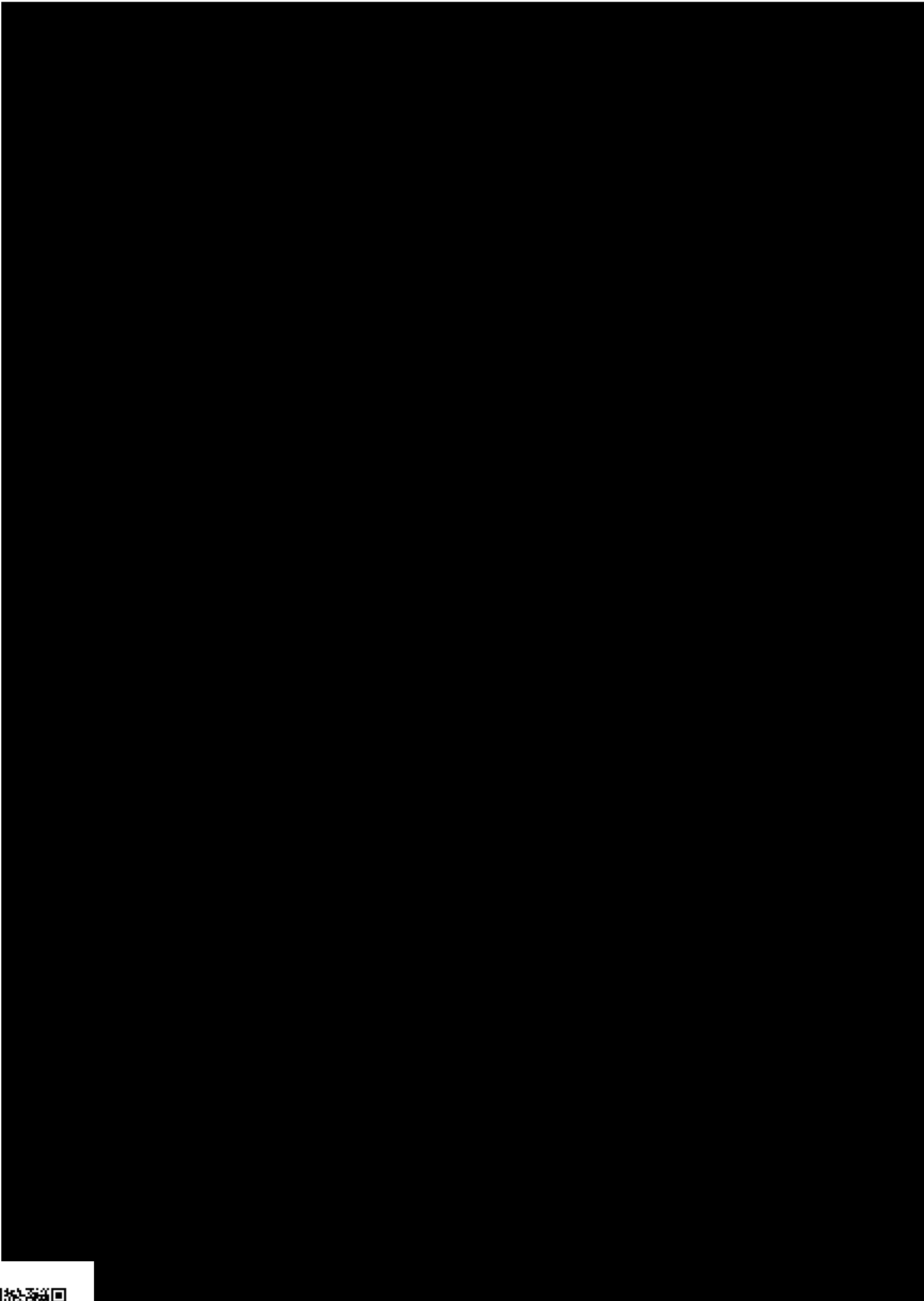
Possibilidade de Acordo: Inconclusivo

Motivo: Ausência de Documento Essencial

Observações (Técnica): Seguem informações para fins de subsídios técnicos para defesa.









PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Fís
Rua João Luiz de Melo, nº 2110 – Tancredo Neves – Serra Talhada

TERMO DE SESSÃO DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO

Processamento nº _____
Processo Judicial nº. 0001214-83.2016.8.17.1370
1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada
Demandante: Aderson Sebastião dos Anjos
Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Conciliador responsável: (.....)

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Novembro do ano de 2016, feito o pregão, na presença da Conciliador(a), tendo como juiz coordenador o Dr. Marcus César Sarmiento Gadelha, deu-se por aberta a audiência de conciliação, na qual compareceram a parte Demandante, o (a) Sr. (a) Aderson Sebastião dos Anjos (RG 2.550.907 SSP/PE e CPF 319.499.164-72), assistido pelo (a) advogado (a) Dr. (a) Haroldo Magalhães de Carvalho (OAB/PE nº 25.252), Empresa Demandada, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, representada pelos prepostos Sr. Wladimir Rômulo de Sousa Costa, CPF nº 027.054.904-85 Maurílio Rodrigues de Medeiros Júnior, CPF 011.000.364-07, Anderson Girão Portela, CPF 037.679.723-10, Mário Renato Vilar de Araújo Filho, CPF 013.178.574-40), assistida pela Dr. Caio Márcio Neiva Novaes Antunes Lima, OAB/PE Nº. 37.932.

ABERTA A AUDIÊNCIA, após ser a parte autora submetida a exame médico, de acordo com o médico perito Dr. (a) Diego Firmino Ferraz – CRM/PE nº. 19.690, conforme LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES em anexo:

Pela SEGURADORA LIDER foi formulada proposta de conciliação no valor de R\$ 1.607,50 (mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), no entanto, sem a aceitação da parte demandante.

Diante disso, foi determinado pelo MM Juiz coordenador a remessa dos autos à unidade judiciária de origem para o trâmite regular do processo, juntando-se aos autos neste momento a perícia realizada neste mutirão, sem considerar com isso a citação do demandado.

Encerrado o presente Termo, assinado pelas partes presentes.

Serra Talhada, ____ de Novembro de 2016

Marcus Cesar Sarmiento Gadelha
Juiz de Direito - Coordenador

Conciliador (a)

Aderson S. dos Anjos
Demandante

Advogado DEMANDANTE:

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS
DO SEGURO DPVAT S/A

Advogado DEMANDADO:



**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

(Art. 31º da Lei 11.946 de 4/5/2009 que altera a Lei 8.114 de 14/12/1990)

Informações da Vítima

Nome completo: ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS

CPF: 319.499.164-72

Endereço completo: Rua Luiz Olavo de Andrade, nº 1587, São Cristóvão, Serra Talhada/PE.

Informações do acidente

Local: _____

Data do Acidente: _____

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº _____ para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, tendo figurado como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____.

Serra Talhada/PE, 22 de Novembro de 2016.

Aderson Sebastião dos Anjos

Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim; ☐ Não; ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual(quer)s região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Pe e D

b) as alterações (dysfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

sem partes molles

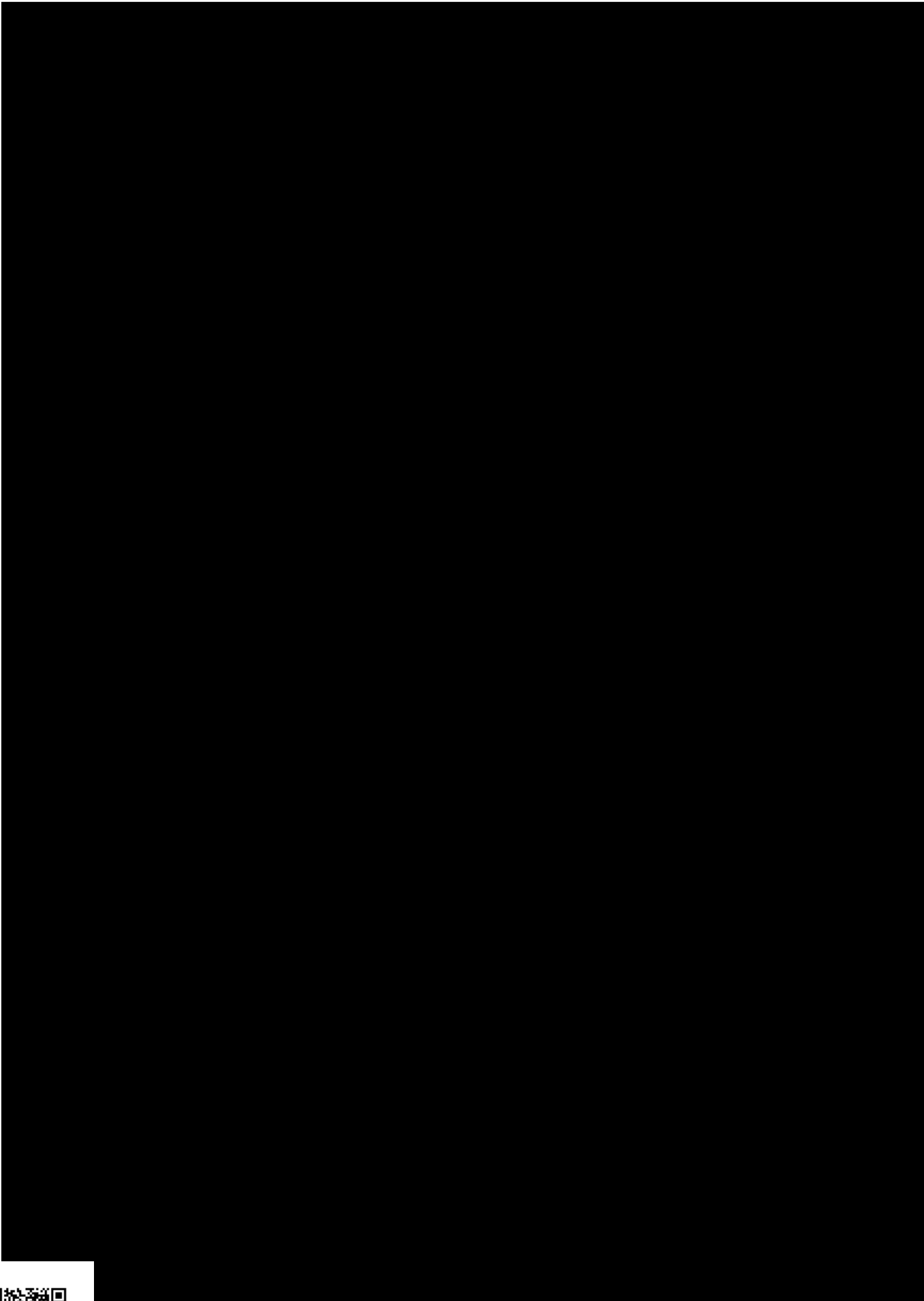
III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim; ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:





https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/09/2020 16:13:40

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091416134048100000066609798

Número do documento: 20091416134048100000066609798



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 17ª CIRCUNSCRIÇÃO - SERRA TALHADA -
DP177/CIRC DINTER/21ª DESEC
BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 14E0267005091



Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 11/12/2014 às 17:30
ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Cuijoso (Q93umad2) que aconteceu no dia
11/12/2014 às 09:30

Fato ocorreu na endereço: RUA JOCA MAGALHÃES, 1 - Bairro: CENTRO - SERRA
TALHADA/PERNAMBUCO/BRASIL - Ponto de Referência: EM FRENTE A CASA PAROQUIAL
Local do Fato: VIA PUBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR AGENTE)
VERA LUCIA ALVES FERREIRA (TESTEMUNHA)
ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS (VITIMA)
JOSE LUCAS FURTADO DE ARAUJO (VITIMA)

Objeto(s) envolvidos na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) e que estava em posse do(a) Sr(a): ADERSON
SEBASTIAO DOS ANJOS

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Data de Nascimento: 29/12/2001 Nacionalidade: BRASILEIRO
SANTOS POR SEBASTIAO CICERO DOS SANTOS (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Data de Nascimento: 13/07/1950 Nacionalidade: TALHADA
PERNAMBUCO - BRASIL Documento: 2590907/SSP/PE (RG): 31949916472 (CPF) Estado Civil: CASADO(A)
Endereço Residencial: RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE, 1567 - CEP: 0 - Bairro: AARR - SERRA
TALHADA/PERNAMBUCO/BRASIL

JOSE LUCAS FURTADO DE ARAUJO (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Data de Nascimento: 29/12/2001 Nacionalidade: SERRA TALHADA
LIMA PA GÊNISON ALVES DE ARAUJO Data de Nascimento: 29/12/2001 Nacionalidade: SERRA TALHADA
PERNAMBUCO - BRASIL Documento: 7766559/SSP/PE (RG): 06430981438 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A)
Endereço Residencial: RUA LUIZ OLAVO DE ANDRADE, 1567 - CEP: 0 - Bairro: AARR - SERRA
TALHADA/PERNAMBUCO/BRASIL

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Feminino Data de Nascimento: NÃO INFORMADO
PERNAMBUCO - BRASIL

VERA LUCIA ALVES FERREIRA (não presente ao plantão) - Sexo: Feminino Data de Nascimento: 6/8/1968 Nacionalidade: SERRA
TALHADA - PERNAMBUCO - BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS que estava em posse do(a) Sr(a): ADERSON SEBASTIAO DOS ANJOS

Num. 67911212 - Pág. 104



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SERRA TALHADA.

ADERSON SEBASTIÃO DOS ANJOS, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade nº 2550907 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 319.499.164-72, residente e domiciliado na Rua Luiz Olavo de Andrade, nº 1567, São Cristovão, Serra Talhada/PE, CEP: 56.900-000 por seu procurador *infra-assinado*, conforme Instrumento de Mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **com base na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, nos termos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil**, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e direito a seguir aduzidos:

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





I – DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, ressalta-se que a parte Autora, temporariamente, não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, por ser pobre da forma da Lei, conforme Declaração de Pobreza e CTPS em anexo.

Assim, desde já REQUER a Vossa Excelência, a compreensão da situação, para que conceda os benefícios da Justiça Gratuita à parte Autora, uma vez que, neste momento, não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento de custas e despesas com o processo, além de honorários advocatícios, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO

A parte Autora fora vítima de **acidente de trânsito** causado por veículo automotor em **07/12/2014**, consoante **Boletim de Ocorrência** em anexo, estando o referido automóvel garantido pelo Seguro Obrigatório DPVAT.

Em consequência do citado evento danoso, a parte Autora sofreu diversas lesões e traumas, conforme demonstrado pelo **Boletim de Atendimento Hospitalar**, a ensejar o pagamento da indenização instituída pela Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, que trata do Seguro Obrigatório DPVAT.

Desta forma, a parte Autora formulou perante a Seguradora Ré, pedido de indenização por invalidez permanente, a qual se refere o Seguro Obrigatório DPVAT, quando então recebeu a importância de **R\$ 1.687,50** (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme anexo, **em desconformidade com a citada Lei, como restará comprovado durante a instrução processual através da Prova Pericial**, desde já requerida.

Como é sabido, o DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres criada pela Lei nº 6.194/74, com o fim de amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo território nacional, e prevê indenizações em caso de morte, invalidez permanente, total ou parcial, além de despesas de assistência médica e suplementares, cujo valor máximo da indenização prevista no art. 3, inciso II, da Lei nº 6.194/74, está fixado em **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

No caso, a parte Autora visa obter do Poder Judiciário a condenação do Réu ao pagamento de indenização correspondente a diferença do Seguro

Praga 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 55.870-000 - Fone/Fax: (87) 3845-1035
hmc.advocacia@gmail.com





Obrigatório DPVAT que lhe foi pago administrativamente, fora dos parâmetros consignados na Lei nº 6.194/74, a ser apurado em perícia judicial.

Sendo certo, que a indenização ora pleiteada deverá ser paga com base no valor vigente a época da ocorrência, **bastando para tanto a simples demonstração do acidente (Boletim de Ocorrência expedido pela Autoridade Policial) e do respectivo dano (Lesões/Traumas – Boletim de Atendimento Hospitalar e Pagamento PARCIAL de Indenização pelo Réu)**, como preceitua o art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74.

Noutro giro, quanto a correção monetária é devida desde a data do evento danoso, como já assentou o Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os juros moratórios são devidos desde a data da CITAÇÃO do Réu, nos termos da Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça.

III – DA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso, está prevista na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores diferentes lesões e graus de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, está última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

Deste modo, faz-se necessária a produção de prova pericial para aferição da **LESÃO** sofrido pela parte Autora e da respectiva **REPERCUSSÃO (GRAU)**, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.745/2009.

Diante disso, nas ações dessa natureza a prática tem demonstrado que a designação de audiência preliminar de conciliação objetivando a realização de composição entre as partes tem sido infrutíferas devido à necessidade de produção de prova pericial. E, por essa razão a Seguradora Ré tem se limitado a conciliações em MUTUÔES realizados em parcerias com os Tribunais de Justiça em todo País, inclusive por esse Egrégio Tribunal, **motivo pelo qual a designação de audiência com essa finalidade restará sem êxito.**

Assim sendo, a parte Autora informa a Vossa Excelência o seu **desinteresse na autocomposição, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º do CPC.**

Praça 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência:

a) Seja concedida os benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c o artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil;

b) Seja determinada a citação do Réu, pelo Correio, nos termos do art. 247 do CPC, para, querendo, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia, a teor do art. 344 do Código de Processo Civil;

c) Ao final, seja julgada **PROCEDENTE** a ação, para condenar o Réu ao pagamento complementar da indenização devida pelo Seguro Obrigatório DPVAT, apurada através da Perícia Judicial (art. 324, § 1º, II, CPC), acrescido de correção monetária desde a ocorrência do evento danoso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, tudo com amparo na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores e súmula 426 STJ;

d) Requer, ainda, seja o Réu condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, de modo a assegurar a dignidade do profissional, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil.

V – DAS PROVAS (PROVA PERICIAL)

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, a documental, testemunhal e, especialmente **realização de perícia médica para verificação das lesões/traumas sofridos pela parte Autora e a respectiva repercussão (grau), em decorrência do referido acidente de trânsito, na forma do art. 3º, II, § 1º, I, da Lei nº 6.194/74**, o que desde já fica requerido, devendo os **QUESTOS** em anexo serem respondidos pelo perito nomeado por esse Juízo, sob pena de nulidade, nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil.

VI – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se a causa, o valor de R\$1.000,00 (mil reais) para efeitos fiscais, na forma do art. 291 do CPC.

**NESTES TERMOS,
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**
Serra Talhada, 29 de Abril de 2016.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

Praga 15 de Novembro, 168, Centro, Triunfo - PE
CEP: 55.670-000 - Fone/Fax: (87) 3848-1036
hmc.advocacia@gmail.com



/O=MAILSEGLIDER/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPI

De: Ana Paula Cheker
Enviado em: sexta-feira, 2 de dezembro de 2016 16:29
Para: Jamille Marques; Janaina Malaquias
Cc: Coordenação de Políticas de Conciliação; Érica Toneloto
Assunto: RES: TJPE (Serra Talhada - 21 a 25.11) - Sem citação

Categorias: Categoria Vermelha

Prezada Janaína,

Favor verificar se existe cadastro para o processo em comento. Caso negativo, favor efetuar-lo.

Não se esqueça de inserir o e-mail como nosso protocolo na pasta do SISDPVAT e informar no campo RESUMO:
PASTA CADASTRADA A PEDIDO DA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO.

Atenciosamente.

Ana Paula Cheker
Coordenadora Jurídica
Núcleo de Distribuição de Citação e Intimação



Rua da Assembléia, 100, 17º andar.
CEP: 20.011-000 – Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 55 21 3231-7200. Ramal: 8054

E-mail : ana.cheker@seguradoralider.com.br

De: Jamille Marques
Enviada em: sexta-feira, 2 de dezembro de 2016 14:46
Para: Ana Paula Cheker <cheker@seguradoralider.com.br>
Cc: Coordenação de Políticas de Conciliação <CoordenacaodePoliticassdeConciliacao@seguradoralider.com.br>
Assunto: TJPE (Serra Talhada - 21 a 25.11) - Sem citação

Prezada Dra. Ana Paula,

Segue abaixo informações para abertura de pasta.

Após a geração, pedimos nos retornar com o número da pasta para ulterior informação aos escritórios colaboradores.

Atenciosamente.



VARA	COMARCA	UF	NUMERO DO PROCESSO	AUTOR	REU	ESCRITORIO
ÚNICA	FLORESTA	PE	0000842-90.2015.8.17.0620	EDSON ODILON CAVALCANTE	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	FLORES	PE	554-41.2016.8.17.0610	MARIA ROZELANDIA DA SILVA SANTOS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	FLORES	PE	458-26.2016.8.17.0610	MARIA MADALENA MARQUES DOS SANTOS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	PE	401-79.2016.8.17.1330	ANTONIO MIGUEL JULIO DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	1214-83.2016.8.17.1370	ADERSON SEBASTIAO DOS SANTOS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	MIRANDIBA	PE	257-81.2016.8.17.0950	JOSE PACIFICO FILHO	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	MIRANDIBA	PE	250-89.2016.8.17.0950	LUCINDA MARCULINA DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3232-77.2016.8.17.1370	JOAO BATISTA DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3251-83.2016.8.17.1370	MARIA IZABEL DA ASSUCAO	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	3237-02.2016.8.17.1370	ADEMIR BERNARDO DE SOUZA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M



1	SERRA TALHADA	PE	3239- 69.23016.817.1370	ALEX CAIO PEREIRA FEITOSA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3325- 40.2016.817.1370	MARLENE VALDIVINO GOMES	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	3334- 02.2016.817.1370	MARIA DO CARMO DE SOUZA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	3254- 38.2016.817.1370	MARIA PACIFICA DA SILVA SANTOS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	3250- 98.2016.8.17.1370	ANA CLAUDIA DE SOUZA ALVES	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3103- 72.2016.817.1370	VALTER DO NASCIMENTO BARBOSA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	FLORESTA	PE	1027- 98.2016.817.0620	JUCIMARA DE SOUZA SANTOS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	FLORESTA	PE	1008- 88.2016.817.1370	ALAN BARROS DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	TRIUNFO	PE	745- 72.2016.817.1520	ADRIENE MARQUES MOREIRA FEITOSA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3070- 82.2016.817.1370	ALDO MALAQUIAS DO NASCIMENTO	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	3135-77- 20168.17.1370	ANTONIO GOMES DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M



1	SERRA TALHADA	PE	3090- 73.2016.817.1370	CARLOS VIEIRA DOS SANTO	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3057- 83.2016.817.1370	JOAO RODRIGUES DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	3130- 55.2016.817.1370	MARIA APARECIDA MOURA DE LIMA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3109- 79.2016.817.1370	NOE ALVES FEITOSA NETO	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3086- 36.2016.817.1370	MARIA MIRELLE SOARES DE MELO	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3094- 13.2016.817.1370	EDMILSON HENRIQUE DE ALMEIDA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3099- 35.2016.817.1370	NADILSON LIMA DE ALMEIDA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	3122- 78.2016.817.1370	GENIVAL BATISTA DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	3247- 46.2016.8.17.1370	CICERA EVELINE DO NASCIMENTO SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	0002417- 80.2016.8.17.1370	AMARA LUCIA DA CONCEICAO	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	0002105- 07.2016.8.17.1370	VANDERLEI PEREIRA DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M



1	SERRA TALHADA	PE	0001163-72.2016.8.17.1370	CICERO LOURIVAL DOS SANTOS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	0002102-52.2016.8.17.1370	ALEX SAMUEL DE SANTANA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	PE	0000413-93.2016.8.17.1330	ALMIR JOSE XAVIER DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	PE	0000418-18.2016.8.17.1330	ROMILDO VENANCIO DE MOURA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	BUÍQUE	PE	2083-69.2016.8.17.0360	MARIA JOSE FERREIRA POLICARPO	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
ÚNICA	BUÍQUE	PE	2086-24.2016.8.17.0360	JOSE APARECIDO FERREIRA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
2	SERRA TALHADA	PE	2323-35.2016.8.17.1370	ERIVELTON BRITO DA SILVA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3009-27.2016.8.17.1370	EDJANE MARIA BARBOSA NOGUEIRA	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M
1	SERRA TALHADA	PE	3231-92.2016.8.17.1370	CLAUDIO JOSE DOS SANTOS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	G & M

Jamille Braga Marques
Coordenação de Políticas de Conciliação
Gerência Jurídica Corporativa



Rua da Assembléia, 100, 18º andar.
CEP: 20.011-904 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: 55 21 3861-4600. Ramal: 8004
E-mail : jamille.marques@seguradoralider.com.br

CONFIDENCIALIDADE Esta mensagem é confidencial; seu conteúdo não constitui um compromisso da Seguradora Líder, exceto se fornecido em conjunto com um acordo por escrito entre as partes. Qualquer divulgação ou uso não autorizado, total ou parcial, é proibido. Caso você não seja um dos destinatários desta mensagem, favor notificar ao remetente imediatamente.

CONFIDENTIALITY This message is confidential; its contents do not constitute a commitment by Seguradora Líder except where provided for in a written agreement between you and Seguradora Líder. Any unauthorized disclosure, use or dissemination, either whole or partial, is prohibited. If you are not the intended recipient of the message, please notify the sender immediately.

